CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO

Ano XIV | nº 1 | MARÇO 2016



HABITAÇÃO: DESAFIOS E REFORMAS

ANÁLISE
VISÃO DE LONGO PRAZO EM BUSCA DA RECUPERAÇÃO

VISÃO EMPRESARIAL
IMPACTOS DA CRISE NO PAC E NO MINHA CASA, MINHA VIDA

INDICADORES
CADEIA PRODUTIVA SEGUE EM MARCHA DE RETRAÇÃO

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE
Instituto Brasileiro de Economia

SindusCon SP
O Sindicato da Construção
Desde 1934

NESTA EDIÇÃO

4 **ANÁLISE**
COMO RECUPERAR OS INVESTIMENTOS

7 **PERSPERCTIVAS**
A HABITAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE: POR UMA AGENDA DE REFORMAS

10 ASPECTOS METROPOLITANOS DA QUESTÃO HABITACIONAL

13 **INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO**
A DINÂMICA SETORIAL E SUA DESACELERAÇÃO

16 **VISÃO EMPRESARIAL**
CORTES NOS INVESTIMENTOS REDUZEM OBRAS E EMPREGOS NA CONSTRUÇÃO

19 **CONJUNTURA**
RECUPERAÇÃO FORA DO HORIZONTE

21 **INDICADORES**
SONDAGEM: NEM TRANQUILO, NEM FAVORÁVEL

A Conjuntura da Construção está disponível para download nos sites:
www.construdata.com.br
www.sindusconsp.com.br

CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO

Conjuntura da Construção é uma publicação trimestral conjunta do **SindusCon-SP** e da **FGV**. É permitida a reprodução total ou parcial da publicação.
Vice-presidente de Economia do SindusCon-SP: Eduardo May Zaidan
Editores: Ana Maria Castelo e Edney Cielici Dias (executivo)
Colaboraram nesta edição: Denise Inoue, Laurent Broering, Flávia Sousa Teles, Robson Gonçalves, Sérgio Camara Bandeira
Produção Gráfica: Lucia Paiva
Ilustração da capa e infográficos: Mario Kanno
Fotos: Thinkstock
Jornalista Responsável: Rafael Marko. MTE 12522
Publicidade: Ana Maria Castelo, Tel.: (11) 3799 2371, Fax: (11) 3799 2375, **e-mail:** ana.castelo@fgv.br. Av Paulista 548 - 6º andar, São Paulo - SP, 01310-000, Tel.: (11) 3799 2371 / 2356

SindusCon SP Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo

Presidente: José Romeu Ferraz Neto
Vice-presidentes: Eduardo Carlos Rodrigues Nogueira, Eduardo May Zaidan, Francisco Antunes de Vasconcellos Neto, Haruo Ishikawa, Jorge Batlouni, Luiz Antônio Messias, Luiz Claudio Minnitti Amoroso, Maristela Alves Lima Honda, Maurício Linn Bianchi, Odair Garcia Senra, Paulo Rogério Luongo Sanchez, Roberto José Falcão Bauer, Ronaldo Cury de Capua
Representantes junto à Fiesp: Eduardo Ribeiro Capobianco, Sergio Porto,Cristiano Goldstein, João Claudio Robusti
Diretores Regionais: Elias Stefan Junior (Sorocaba), Fernando Paoliello Junqueira (Ribeirão Preto), Germano Hernandes Filho (São José do Rio Preto), Márcio Benvenutti (Campinas), Mario Cézar de Barros (São José dos Campos), Paulo Edmundo Perego (Presidente Prudente), Ricardo Aragão Rocha Faria (Bauru) Ricardo Beschizza (Santos), Sergio Ferreira dos Santos (Santo André)
SindusCon-SP: Rua Dona Veridiana 55, São Paulo - SP, 01238-010, **Tel.:**(11) 3334 5642, Fax: (11) 3224 0566 R. 306, www.sindusconsp.com.br

FGV IBRE

Instituto Brasileiro de Economia
Diretoria: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Vice-Diretoria: Vagner Laerte Ardeo
Superintendência de Clientes Institucionais: Rodrigo de Moura Teixeira
Superintendência de Produção de Bens Públicos: Vagner Laerte Ardeo
Superintendência de Estudos Econômicos: Marcio Lago Couto
Superintendência de Planejamento e Organização: Vasco Medina Coeli
Controladoria: Regina Célia Reis de Oliveira

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 3799 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes.
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal.
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella.
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal.
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella.
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr.,Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto.
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis , Ary Oswaldo Mattos Filho, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Carlos Moacyr Gomes de Almeida , Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Tarso Genro (Estado do Rio Grande do Sul), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Tomas Brizola (Banco BBM S.A).
Suplentes: Aldo Floris, Emerson Furtado Lima (Brookfield Brasil LTDA), Luiz Roberto Nascimento Silva, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victorio Carlos de Marchi.

Novos horizontes

O quadro econômico brasileiro mudou radicalmente em relativamente pouco tempo. Mais do que isso, as expectativas da sociedade com relação ao desenvolvimento se desvaneceram. O pessimismo, no entanto, não é um bom conselheiro, assim como o excesso de otimismo que o costuma anteceder. Ao fim e ao cabo, existem problemas a serem resolvidos e o melhor a fazer é esboçar o caminho, desenhar um novo horizonte sem incorrer nos erros do passado. Esta edição traz elementos para ajudar nessa tarefa.

Cabe considerar que as condições de expansão da economia que prevaleceram a partir de 2006 se esgotaram há um bom tempo e insistir simplesmente na reprodução do receituário do passado significa agravar a crise. O mundo é outro, o Brasil é outro. O que deve permanecer são os objetivos de um país próspero e progressivamente menos desigual.

No caso da construção civil, há uma grande tarefa pela frente, seja na expansão e renovação da infraestrutura, seja na ampliação da produção habitacional. O Brasil precisa de investimentos nesses dois setores de forma a aumentar sua competitividade e a qualidade de vida de sua população.

É preciso criar condições para a retomada do investimento, o que implica a retomada da confiança e um conjunto abrangente de reformas que deem segurança aos investidores e racionalizem processos e custos. Essa nos parece a direção rumo a um país melhor.

Após 14 anos da primeira edição desta revista, seguimos firmes na determinação fazermos nossa parte.

Boa leitura.

Frase



DEBATE E CONTINGÊNCIAS

"Deveria ser evidente que o conhecimento de como funciona o sistema econômico de qualquer sociedade é um problema empírico. Não pode ser deduzido teoricamente porque a evolução de qualquer organização política e do necessário sistema econômico nela embebido são historicamente contingentes. (...) É tempo de aceitar o fato de que as populações estão cansadas e desacorçoadas com os sofrimentos impostos pelo pensamento mágico, que sugere transcender as condições físicas que as constrangem, com o apelo à ilusória 'vontade política', pois eles sempre terminaram no 'populismo' barato que, no final, sai-lhes muito caro..."

Antonio Delfim Netto, economista, na Folha de S.Paulo de 2 de março.

COMO RECUPERAR OS INVESTIMENTOS

O modelo de atuação do setor público praticamente se esgotou

Raul Velloso* e Luis Fernando Melo Mendes**

Hoje, a prioridade máxima é retirar o país da recessão, embora não haja clareza sobre quando e como a economia poderá voltar a crescer.

A essência do nosso problema é que temos um modelo de atuação do setor público que praticamente se esgotou. Como o modelo pressupõe um crescimento real mínimo e forte do gasto público corrente, esse esgotamento ficou claro quando o País entrou numa recessão profunda e prolongada e a arrecadação parou de crescer a uma taxa semelhante a esse crescimento mínimo (algo entre 5% e 6% ao ano acima da inflação). E o pior é que grande parte desse gasto se refere a gasto corrente e não a investimento.

Ou seja, quando a arrecadação começou a registrar crescimento a taxas negativas, apareceram os déficits primários que o governo resolveu acomodar, ou não enfrentar, ou, ainda, a intensidade do enfrentamento foi aquém da que seria necessária. O recente anuncio de que o governo central registrou um elevado déficit primário em 2015, e que se prepara para divulgar outro neste ano, mesmo cortando gastos discricionários, mostra com mais clareza a falência do modelo de atuação do setor público.

No que toca à recuperação da economia, a retomada do crescimento por meio do avanço das exportações líquidas parece ser o único caminho aberto no momento, entretanto essa saída é limitada, seja pelo reduzido peso do setor externo no PIB brasileiro, seja pelo processo de substituição de importações por produção interna, pois, como o país está em recessão, está ocorrendo o recuo das importações, ou seja, torna-se improvável que se substitua o que está em queda. Por outro lado, não está claro como o mercado externo poderá absorver produtos de fabricação local em escala significativa, quando o crescimento global também se mostra enfraquecido.

Mesmo com a readequação fiscal, o resultado primário deverá ser de déficit, o que não é sustentável para o funcionamento adequado da economia e a recuperação da confiança do investidor.

Portanto o caminho para sair da recessão terá de ocorrer por meio da recuperação dos investimentos. Não só os investimentos públicos, como os privados, ainda mais diante do quadro de baixo crescimento da produtividade em que estamos vivendo. O Brasil tem uma taxa de investimento que, além de baixa em termos internacionais (notadamente no caso da infraestrutura), tem caído sistematicamente, levando à desaceleração da economia que temos observado nos últimos tempos.

Entretanto ninguém sabe ao certo como tornar real a recuperação dos investimentos privados, pois terão de se basear em taxa de juros e expectativas favoráveis, sabendo-se que os juros continuam elevados e o custo dos recursos externos para as empresas subiu muito por conta da elevação do "risco Brasil" e da perda da classificação de grau de investimento nas agências de risco internacionais.

Infraestrutura em foco

É de se imaginar, contudo, que a recuperação dos investimentos poderia ocorrer no segmento de infraestrutura, pois existe demanda reprimida e está nas mãos do governo atuar no sentido de facilitar ou atrair de forma eficaz os investidores privados para essa área, pois muito depende de sua interferência.

A recuperação também está relacionada com o que os Estados e Municípios poderão vir a contribuir, fato que torna a questão mais complicada, pois em sua grande maioria estão em situação financeira muito difícil e pior que a da União que, por sua vez, decidiu financiar déficits primários elevados e não entrou em um programa de contenção genera-



lizada dos gastos.

Por outro lado, uma contenção generalizada do gasto público poderia produzir, no curto prazo, efeitos ainda mais complicados, porque os investimentos tenderiam a cair mais do que já estão caindo, o que reduziria ainda mais o nível de atividade e a arrecadação do governo.

De qualquer forma, é virtual consenso entre os analistas que a recuperação dos investimentos privados dependerá fundamentalmente da melhoria de percepção sobre a evolução futura da dívida pública, que poderá atingir níveis ao redor de 90% do PIB no final de 2017 se nada for feito para impedir que esse resultado aconteça. Nesse sentido, é preciso uma ação coordenada do governo central, dos governadores e dos principais prefeitos, em conjunto com o Congresso, com vistas à aprovação de reformas estruturais capazes de reduzir o gasto público pelo menos a médio e longo prazo.

Considerando os dados informados na readequação fiscal deste ano, as despesas efetivamente contingenciáveis dos gastos discricionários seriam de 2,8% do PIB em 2013, teriam caído para 2,6% do PIB em 2014, depois para 2% do PIB em 2015 (o que demonstra um forte esforço de ajuste) e para 2016 estariam se reduzindo para 1,8% do PIB, que é aproximadamente 10% do gasto total (algo entre 18% e 19% do PIB). Dito de outra forma, 90% do gasto da União é obrigatório, o que mostra um pesado esforço de ajuste, inclusive reduzindo investimentos do PAC.

O caminho para sair da recessão terá de ocorrer por meio da recuperação dos investimentos.

Ao anunciar uma política de metas fiscais flexíveis para 2016, em que se prevê um intervalo de superávit de 0,39% do PIB para o governo central até um déficit primário de 0,97% do PIB, esse déficit passa a ser aquele em que a maioria aposta, pois não se acredita que medidas que poderiam diminuí-lo serão aprovadas e não se vê no governo uma disposição de fazer um ajuste bastante forte e espalhado por suas contas.

Ausência de sinalização

O que se tem hoje é uma faixa de resultados que não sinaliza muita coisa, mas seguramente não sinaliza ajuste, o que pode não prejudicar muito os investimentos no curto prazo, entretanto, não é um quadro que permita expansão dos investimentos ainda que não seja uma política voltada para fazer ajuste a qualquer preço, como os Estados estão sendo compelidos a realizar.

Portanto, mesmo com a readequação fiscal, o resultado primário deverá ser de déficit, o que leva a aumento da razão dívida PIB, o que não é sustentável para o funcionamento adequado da economia e a recuperação da confiança do investidor. Como o governo não tem como reduzir o gasto obrigatório no curto prazo, só resta, como dito antes, fazer isso no médio e no longo prazos, o que exigirá a aprovação de reformas importantes, de grande impac-



to e que não ocorram somente no longuíssimo prazo. Só que, por enquanto, há dúvidas sobre a real capacidade de o governo liderar esse processo, considerando, inclusive, a rejeição a mudanças desse tipo dentro de seu principal partido de sustentação, o PT.

Seria bem-vindo neste difícil momento algum aumento de arrecadação fora da rota tradicional, para minorar o problema do desequilíbrio fiscal de curto prazo, mas não há sinalização de que o governo consiga aprovar mudanças legislativas nesse sentido, criar receitas extraordinárias, nem que consiga aprovar algum imposto novo, como é o caso da CPMF.

O Brasil está de fato diante de um impasse, pois os ajustes de despesas discricionárias (cortáveis) se mostram insuficientes para obter resultados primários expressivos no curto prazo. Assim, enquanto não se conseguir ajustar o gasto obrigatório por meio de reformas estruturais, ele acabará sendo ajustado pelo pior caminho de todos, que é por meio da elevação das taxas de inflação para corroer os pagamentos às pessoas que estão ali incluídas. E como o governo está financiando seus déficits primários com emissão monetária, tanto o déficit do ano passado como o deste ano, cria-se então um ambiente monetário frouxo favorável ao aumento da inflação, que conta ainda com a ameaça do câmbio continuar se depreciando pela fuga de capitais, um outro fator de pressão inflacionária. Ninguém obviamente deseja isso, pois pode representar a volta da hiperinflação.

A recuperação dos investimentos privados dependerá fundamentalmente da melhoria de percepção sobre a evolução futura da dívida pública.

Já para os principais Estados, existe uma dificuldade adicional porque eles não têm mais como emitir moeda para financiar seus déficits, mesmo de forma indireta como se fazia antigamente através dos bancos estaduais. Assim, esse é um problema que ainda não está resolvido e terá de sê-lo, para que eles possam se dedicar a promover investimentos, PPP etc. Tais problemas exigirão da União outro tipo de esforço de ajuda, o que traz um novo ingrediente de dificuldade ao processo.

Em resumo, as chances de recuperar os investimentos estão associadas ao governo sair desses impasses – precisa aprovar as reformas e algum tipo de aumento de arrecadação para diminuir o déficit no curto prazo e viabilizar um déficit menor no médio e no longo prazo, além de facilitar os investimentos em concessões de infraestrutura, onde há um grande potencial de investimento se as condições forem favoráveis (eliminar entraves), pois, sem isso, a arrecadação não se recupera e não se conseguirá melhorar um pouco a trajetória de déficit e da dívida para que "o carro em que se está tentando dar a partida deixe de ratear sem sair do lugar".

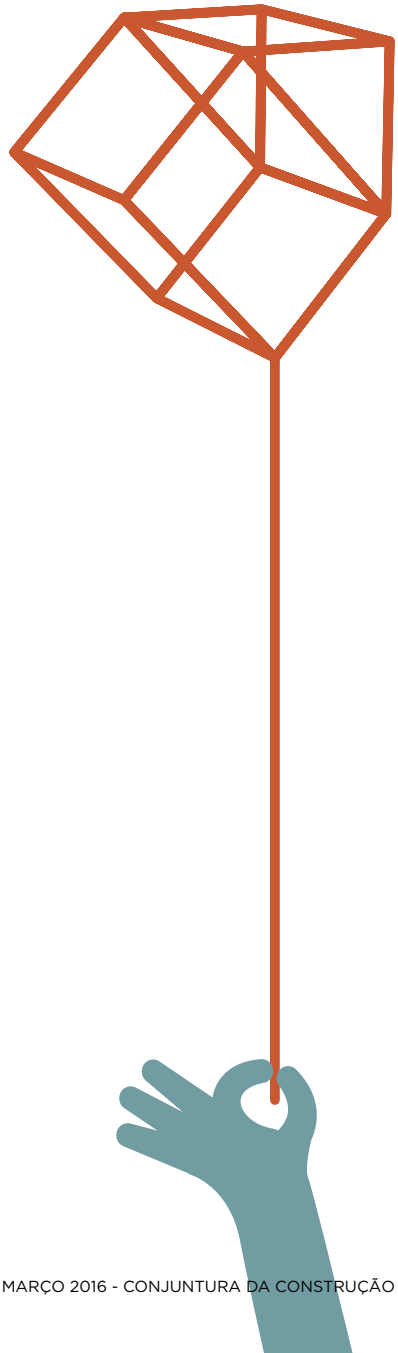
Com aumento da arrecadação, as contas públicas entram em uma trajetória menos desequilibrada e, a partir desse momento, cria-se mais espaço para investir.

* Consultor econômico. ** Economista da CBIC.

A HABITAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE: POR UMA AGENDA DE REFORMAS

A cooperação entre as esferas federativas e a pluralidade de ações são elementos de fortalecimento da política pública

Edney Cielici Dias



O desaquecimento da economia brasileira e a interrupção do ciclo virtuoso de negócios da construção civil têm direcionado o debate sobre os rumos do setor para questões que visam minorar danos, ou seja, evitar que aumentem as demissões e que se possa retomar a contratação de obras. Em paralelo a essa preocupação justificada e premente, este artigo esboça uma breve reflexão sobre a arquitetura institucional da política de habitação e as condições de seu crescimento sustentado.

A expansão da produção habitacional brasileira foi resultado de mudanças institucionais de aperfeiçoamento tanto da oferta de mercado como da oferta social. No entanto cabe considerar que, à luz das competências federativas e de pontos frágeis verificados nos anos recentes, há muito para aprimorar com o objetivo de combater o déficit habitacional e oferecer condições mais favoráveis de acesso à moradia para as famílias brasileiras em geral. Em outras palavras, há uma agenda de reformas que pode conferir mais força à política habitacional, bem como maior sustentação a ela em momentos menos favoráveis de disponibilidade de recursos fiscais, parafiscais e das famílias, como o atual.

O impulso federal e seus limites

A trajetória da política habitacional brasileira registra duas fortes etapas de expansão da oferta, ambas resultado de aperfeiçoamentos institucionais que delinearam as formas preponderantes de produção. A primeira delas ocorreu no período militar, a partir de 1964, com medidas de modernização do sistema financeiro nacional,

com a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Banco Nacional da Habitação (BNH). Mais recentemente, verificou-se o segundo forte impulso de produção, a partir de reformas como a instituição do marco legal do mercado imobiliário – lei 10.931 de 2004 – e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), de 2009.

Esses dois grandes momentos foram capitaneados pelo governo federal e tiveram em comum metas de produção sem sintonia com a política urbana. Sob os militares, os períodos de maior investimento em habitação foram aqueles em que o governo pretendia expandir sua legitimidade política, sobretudo com a classe média. No período do mais recente, a agenda de recuperação da política habitacional, culminando com PMCMV, esteve fortemente relacionada às medidas de estímulo à economia e subsídios às famílias de mais baixa renda, procurando posteriormente adaptação à Política Nacional de Habitação, que enfatiza – além da produção habitacional em si – a urbanização de assentamentos, a regularização fundiária, a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano.

Com o lançamento do PMCMV, em 2009, a linha de frente da política habitacional passa a ser a construção de moradia social a partir de projetos viabilizados e executados por construtoras, com subsídios decrescentes de acordo com o aumento da faixa de renda familiar. Passou, em resumo, a prevalecer nos anos recentes um novo paradigma de política de habitação que viabiliza a aquisição da casa própria no mercado privado através da complementação do poder de compra das famílias por meio de subsídios.

Essa trajetória apresentou impulso decisivo na produção habitacional, atendendo parcela importante da demanda. O atual quadro fiscal brasileiro, no entanto, restringe a necessária expansão de investimentos, o que ressalta a importância de avançar em sinergias entre as esferas de governo, vertical e horizontalmente; de aprimoramento de processos burocráticos, como racionalização de aprovações, liberações e licenças; de aceleração de processos de regularização fundiária, envolvendo os atores relevantes.

Propostas precisam especificadas detalhadamente, sendo construídas de forma ampla, com coragem e pioneirismo, de sorte a remover entraves burocráticos e institucionais.

Atribuições institucionais e cooperação

De acordo com a Constituição (artigo 21, inciso XX), cabe à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos, bem como (artigo 23, inciso IX) promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico, em parceria com Estados e municípios. Como mencionado, a União tem sido na prática o carro-chefe do impulso da habitação. Os Estados, a despeito de sua força relativa, têm agido em regra secundariamente. Os municípios, por sua vez, são responsáveis pelo disciplinamento do uso do solo e pelas políticas urbanas e de moradia, mas não têm recursos para a execução de uma política habitacional autônoma.

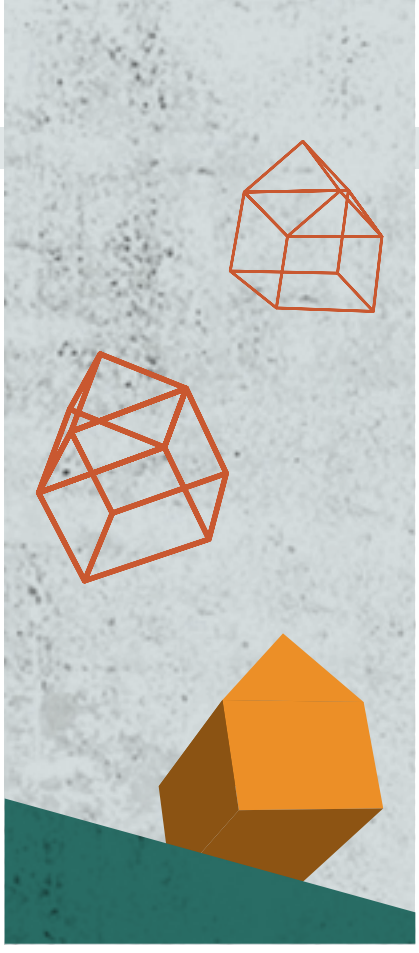
Embora a oferta de recursos tenha sua origem na União, Estados e municípios são atores que podem desempenhar um maior protagonismo, atuando em parceria com o governo federal. O papel dos municípios é ainda mais central e complexo, pois grande parte deles – em razão de sua pequena população e/ou indisponibilidade de recursos – não possui capacidade de exercer uma política urbana efetiva. A situação é dramática nas metrópoles, que

concentram grande parte do déficit habitacional[1]. Embora a disponibilidade de recursos seja baixa também em municípios metropolitanos, há capacidades mais pronunciadas nas principais cidades para efetivação da política urbana, o que possibilita a aplicação de instrumentos do Estatuto da Cidade, de forma a promover recursos e terrenos para a política habitacional.

Dada essa configuração institucional, a sinergia com os entes federativos é fator determinante do fortalecimento da política habitacional. Os Estados têm papel importante na infraestrutura e na complementação de fundos. Os municípios, em particular, devem ser cobrados pela adoção de dispositivos que viabilizem a habitação de interesse social, como a tributação progressiva e a outorga onerosa. No que se refere às regiões metropolitanas, os municípios devem colaborar entre si em questões estratégicas, como transporte, fornecimento de água, destinação de lixo. Como não existe uma instância formal para isso, cabe aos Estados a concertação de interesses metropolitanos. A ação conjunta federativa, por sua vez, deve englobar esforços coordenados de racionalização burocrática, envolvendo outros atores institucionais, como o Judiciário e o Ministério Público.

Ocupação das metrópoles e ações plurais

O contexto de aumento de renda de segmentos da classe média, o acesso ao crédito habitacional e uma oferta imobiliária ascendente redesenharam a lógica da ocupação urbana no século 21. Mas esse processo é permeado por tensões com os históricos problemas das grandes cidades. Um



exemplo disso é a maior metrópole brasileira. Com o *boom* do mercado imobiliário 2006 e 2014, ocorreu um forte movimento de valorização dos imóveis e dos terrenos na cidade de São Paulo e – em menor intensidade – nos demais municípios da região metropolitana. Dessa maneira, projetos de moradia social encontram grande dificuldade de implantação na capital, sendo mais viáveis em áreas mais afastadas da região metropolitana, sobretudo, em municípios do interior. A produção de empreendimentos do PMCMV esbarra nos custos e depende de subsídios complementares, como os oferecidos pelo Programa Casa Paulista, do governo estadual.

A construção de empreendimentos sociais é freada pela escassez de terra e pelo fato de que grande parte dos ativos pertencentes à da população periférica é formado justamente por terra em situação irregular. Isso, no entanto, é apenas um aspecto da questão, pois muitas das famílias mais vulneráveis encontram-se à margem do PMCMV – e provavelmente serão removidas de áreas de risco ou não suportarão a elevação dos aluguéis ocasionada pela valorização do preço da terra, sendo forçadas a se mudar para áreas mais distantes.

Para evitar essa dinâmica de valorização-exclusão, predominante no século 20, sugere-se considerar um repertório plural de alternativas habitacionais, em grande medida relacionadas à regularização fundiária e ao combate ao déficit habitacional. As intervenções devem considerar contrapartidas sociais e preservar redes locais de geração de renda e de solidariedade social, sendo acompanhadas do fortalecimento de políticas compensatórias para a população a ser removida de áreas de risco, como imóvel assegurado no PMCMV.

A regularização fundiária – ressalte-se – pode servir como elemento catalisador de projetos envolvendo a ampliação dos ativos da população de baixa renda. Assim, intervenções em áreas com essas características poderiam envolver políticas de verticalização, condicionando a posse do imóvel à reserva de áreas para moradia social, bem como para o estabelecimento de serviços públicos, comércio e lazer. Com a disponibilização de terrenos, empreendimentos nos moldes do PMCMV se tornariam menos custosos. As empresas da construção civil teriam amplo espaço de atuação na edificação de moradias e equipamentos públicos, na urbanização e na infraestrutura.

Certamente propostas dessa natureza precisam especificadas detalhadamente, sendo construídas de forma ampla, com coragem e pioneirismo, de sorte a remover entraves burocráticos e institucionais. Sem isso, os problemas urbanos da metrópole tendem a se arrastar, quando não a se agravar.

1 Exemplos: segundo dados da Fundação João Pinheiro, em 2012 a RM do Rio de Janeiro respondia por 73% do déficit habitacional do Estado; a RM de Fortaleza, por 64%; a RM de São Paulo, por 51%; e a de Recife, por 47%.

ASPECTOS METROPOLITANOS DA QUESTÃO HABITACIONAL

Entender a habitação exige da sociedade e dos gestores públicos um grande esforço de compreensão sistêmica

Alex Abiko*

Os municipalistas têm insistido na ideia de que não moramos no país ou no Estado, mas sim no município. Como consequência, mais recursos e mais poder deveriam ser alocados à esfera de governo municipal. No entanto, principalmente nos grandes aglomerados, a nossa vida cotidiana nos mostra que cada vez mais nós não moramos mais no município e, sim, na metrópole. Por exemplo, os limites entre os municípios de São Paulo e Osasco e Carapicuíba e Barueri estão estabelecidos nos mapas, mas as atividades econômicas fluem entre esses diversos espaços territoriais não respeitando os limites político-administrativos, que inúmeras vezes mais atrapalham que ajudam a resolver os problemas que nos afligem. Podemos falar da mobilidade, recursos hídricos, coleta de lixo, sustentabilidade ambiental, atendimentos de saúde, educação e habitação.

Habitação adequada

Em termos de habitação, recente pesquisa da Fiesp, apoiada em método da Fundação João Pinheiro, apontou para um déficit habitacional no país em 2014 de 6,198 milhões de famílias, contra 6,941 milhões em 2010, representando uma queda de 2,8% ao ano. Em termos urbanos, em 2014 esse número era de 5,5 milhões de famílias e, em 2010, de 5,9 milhões, ou seja, ocorreu uma redução de 1,6 % ao ano no período. No Estado de São Paulo, onde ocorre o maior déficit do país, este número era em 2014 de 1,5 milhão e, em 2010, 1,4 milhão, ou seja, observou-se uma diminuição de 1,1% ao ano. Os números do déficit caíram no período de 2010 a 2014, mas ainda são expressivos e nos mostram que os desafios são complexos, pois envolvem não só a necessidade de se produzir unidades habitacionais, mas de produzir também tudo que as cerca, o chamado ambiente construído.

Um aspecto particularmente importante é que cada vez mais as pessoas não moram no município onde trabalham.



O conceito de uma habitação adequada não se resume apenas às suas paredes, fundações, cobertura e as instalações prediais assentadas sobre um terreno, mas envolvem necessariamente um terreno infraestruturado, com abastecimento de água, coleta de esgoto, energia. As famílias moradoras, por sua vez, são atendidas por serviços de transporte, educação, saúde, segurança pública, entre inúmeros outros.

Um aspecto particularmente importante é que cada vez mais as pessoas não moram no município onde trabalham, tendo que se locomover

entre polos, despendendo um tempo que poderia ser utilizado em atividades mais produtivas e que trouxessem mais conforto físico e mental. Pesquisa da FEA/USP de 2015 "Mobilidade, acessibilidade e produtividade: nota sobre a valoração econômica do tempo de viagem na Região Metropolitana de São Paulo" mostra que as pessoas gastam em média 100 minutos do dia na ida e volta entre os locais de moradia e trabalho. De acordo com essa mesma pesquisa, dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 mostram que, dos 6,36 milhões de trabalhadores atuantes no município de São Paulo, quase 1 milhão deles residia em outros municípios.

Isso tem ocorrido, além de outras causas, porque os terrenos disponíveis para a produção habitacional nos locais mais próximos às ofertas de emprego e com melhor infraestrutura e acesso aos serviços têm se tornado cada vez mais caros. Isso faz com parte da população encontre a sua solução habitacional em outros locais cada vez mais distantes de seu trabalho. Como consequência, observamos um aumento da demanda por serviços de transporte que dificilmente poderá ser resolvido com os recursos financeiros que dispomos.

Esse é apenas um exemplo que mostra que a questão habitacional nos grandes centros necessita ser encarada como resultante de uma interação de setores técnicos: mobilidade, uso do solo, saneamento, energia e outros. Esses setores técnicos interagem sistemicamente no espaço da metrópole, constituindo questões ambientais, sociais e econômicas que necessitam ser equacionadas.



Escala metropolitana

Uma das poucas pesquisas envolvendo a habitação em escala metropolitana foi elaborada pelo Centro de Estudos da Metrópole, em 2013, e indicou que na região metropolitana de São Paulo o número de pessoas residentes em assentamentos precários aumentou 7,8% de 2000 a 2010. Em 2010, em termos absolutos, os maiores números eram em São Paulo: 468.023 domicílios em assentamentos precários, seguida por Guarulhos (62.678) e São Bernardo (45.846). Os maiores números em termos relativos estavam em Diadema, 22,3%, São Bernardo do Campo, 19,5%, e Embu das Artes, 19,1%. Essa pesquisa também apontou que a precariedade habitacional ocorre de forma mais concentrada próxima aos limites municipais.

A situação dos assentamentos precários é particularmente preocupante quando analisamos o cruzamento da ocorrência desse tipo de habitação com as áreas de proteção aos mananciais da região metropolitana de São Paulo. O poder público tem muita dificuldade em controlar essa ocupação não autorizada, advindo da necessidade da população mais pobre e, em regra, muito mal informada. Dessa maneira, compromete-se a qualidade do abastecimento de água, situação pela qual estamos passando nos últimos anos.

Essas informações metropolitanas são primordiais para a elaboração de políticas públicas de habitação, incluindo aí o PAC/urbanização de favelas e o Minha Casa Minha Vida,

entre outros programas.

Isso nos mostra que já não era sem tempo que o país necessitava de um instrumento legal que reconhecesse a realidade metropolitana no Brasil. Em 12/01/2015 foi promulgado o Estatuto da Metrópole, Lei 13.089. Essa lei estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano.

Apesar das inúmeras críticas em relação a essa lei, é nossa opinião que ela deve ser apoiada e construída técnica e politicamente por todos aqueles que de alguma forma têm algum interesse pela solução dos complexos problemas urbanos e da habitação no país.

No Estado de São Paulo, isso envolve as suas cinco Regiões Metropolitanas: São Paulo (1973), Baixada Santista (1966), Campinas (2000), Vale do Paraíba e Litoral Norte (2012) e Sorocaba (2014). As datas apresentadas entre parênteses correspondem ao momento de sua institucionalização.

De acordo com o estatuto, as regiões metropolitanas têm um prazo de três anos para elaborar e aprovar o plano de desenvolvimento urbano integrado das regiões metropolitanas ou das aglomerações urbanas, por meio de uma lei estadual.

Os números do déficit habitacional caíram no período de 2010 a 2014, mas ainda são expressivos e nos mostram que os desafios são complexos, pois envolvem não só a necessidade de se produzir unidades habitacionais, mas de produzir também tudo que as cerca, o chamado ambiente construído.

Podemos observar um movimento positivo no Estado de São Paulo, procurando atender ao disposto no estatuto, envolvendo as várias agências de desenvolvimento metropolitano, assim como a Emplasa (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano). A Emplasa, que completou no ano passado 40 anos de atividades, tem uma tradição técnica para enfrentar esta realidade.

Em termos de tradição e competência na gestão metropolitana do uso do solo e habitação, não se pode esquecer a experiência positiva do Graprohab (Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais) na região metropolitana de São Paulo, que foi criado em 1991 para analisar projetos de parcelamento do solo e de núcleos habitacionais. Considerando a habitação como parte de um sistema complexo, esse colegiado técnico conta com representantes da Secretaria de Estado da Habitação, da Cetesb, da Sabesp, da Emplasa e do Daee.

Finalmente, escrever o capítulo sobre habitação dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado, mencionado no Estatuto da Metrópole, exigirá da sociedade e dos gestores públicos e dos políticos, um grande esforço de compreensão sistêmica dessa questão, que envolve não somente a unidade habitacional, mas a sua infraestrutura e os serviços a ela conectados.

* Professor Titular da Escola Politécnica da USP.

A DINÂMICA SETORIAL E SUA DESACELERAÇÃO

Pesquisa do IBGE indica a inflexão do crescimento e da produtividade das empresas em 2013

Ana Maria Castelo e Robson Gonçalves

A Pesquisa Anual da Indústria da Construção (Paic) apontou que, em 2013, o valor das incorporações, obras ou serviços da construção das empresas no Brasil somou R$ 357,7 bilhões, resultando em um valor adicionado (VA) ou PIB de R$ 170,1 bilhões. A Paic indicou também a existência de 111,9 mil empresas ativas em todo país, que foram responsáveis pela ocupação de 2,961 milhões de pessoas.

Considerando a estimativa mais recente do IBGE para o PIB setorial, as empresas passaram a representar 58% do PIB da construção, que inclui também as obras realizadas por pequenos empreiteiros e pelas próprias famílias. Isso significa que o segmento formal da construção contribuiu com 3,2% do PIB brasileiro de 2013.

A maior parte das empresas (47%) tem pequeno porte – até 4 pessoas, enquanto as empresas com 30 ou mais representam cerca de 11% do total. No entanto, o quadro se inverte quando se considera a contribuição para a geração de renda: as empresas com 30 ou mais pessoas responderam por 78% do VA da parcela formal da construção.

O segmento de edificações representou a maior parte do PIB (40,1%), seguido pela infraestrutura (38,6%) e por último pelo segmento de serviços especializados (21,3%).

Do total das obras ou serviços produzidos no ano, 34% tiveram como contratantes o setor público. No segmento de obras de infraestrutura, essa participação alcançou 53%.

Pela ótica regional, a região Sudeste respondeu por 59% do valor adicionado pelas empresas; a região Nordeste, por 16%. Considerando as empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas, ou seja, 94% do PIB formal, o Estado de São Paulo contribuiu com 35% do valor adicionado.

Produtividade

O perfil setorial – predominância de pequenas empresas e dos segmentos de edificações e serviços sobre a infraestrutura – determina em grande parte a produtividade mais baixa da construção. Em 2013, a produtividade das empresas foi de R$ 57.444, ou seja, esse foi o montante que cada pessoa ocupada nas empresas agregou em média ao setor. No mesmo ano, a produtividade média na indústria de transformação foi quase 40% maior (R$ 80.228).

O segmento de infraestrutura, mais intensivo em capital, alcançou uma produtividade de R$ 69.449, ou seja, 21% acima da produtividade média das empresas da construção.

O segmento de edificações, com produtividade de R$ 55.976, registrou produtividade próxima à média: apenas 3% menor. Por último, com uma produtividade 21% inferior à média (R$ 45.442), estão as empresas de serviços especializados. Vale notar que parte importante das atividades classificadas nesta CNAE (43) está relacionada ao segmento de edificações – são as obras de acabamento e instalações. Isso significa que a baixa produtividade dessas empresas afeta diretamente o segmento que responde pela maior parcela do VA setorial.

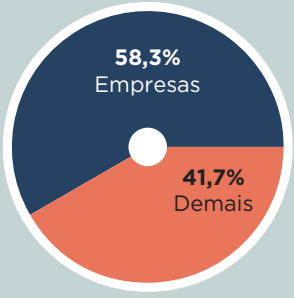
Considerando a abertura por porte, enquanto as empresas com mais de 30 pessoas têm produtividade 8% superior à média, as que possuem entre 5 a 29 pessoas têm produtividade 27% menor. Vale notar que as empresas com menos de 5 pessoas têm produtividade equivalente à média do setor.

As empresas da região Sudeste e da Centro-Oeste possuem produtividade superior à média do país, 8% e 1%, respectivamente. Por sua vez, a produtividade das empresas da região Nordeste é 20% inferior à média do país.

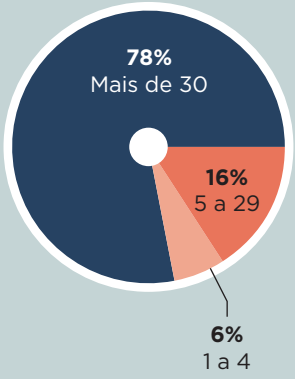
No que diz respeito à remuneração, o segmento de infraestrutura é também o que registra maior salário médio (salários e outras remunerações por pessoa ocupada), de R$ 30.697, ou 35% superior à media

PERFIL SETORIAL EM 2013 - EMPRESAS

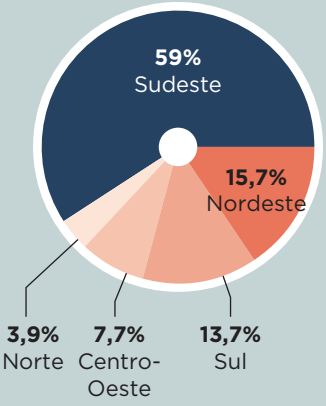
Participação das empresas no valor adicionado do setor



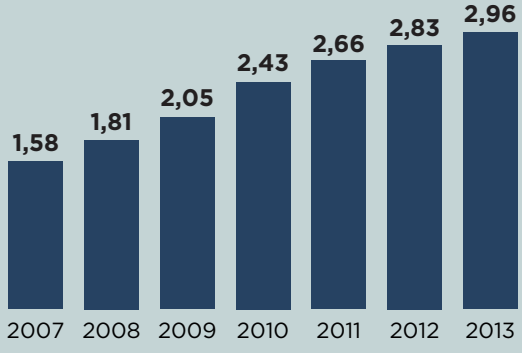
Distribuição do valor adicionado por porte (empregados)



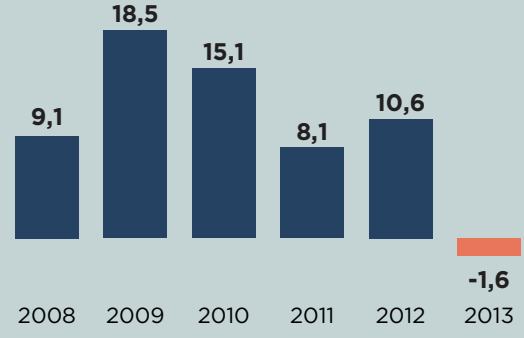
Valor adicionado das empresas por região



Pessoal ocupado nas empresas de construção (milhões)



Taxa de crescimento do valor adicionado das empresas da construção* (%)



*Taxas corrigidas Fonte: FGV/IBRE

do setor. Nos segmentos de edificações e de serviços especializados, a média salarial é 16% e 17%, respectivamente, inferiores à média de todas as empresas da construção.

Evolução 2007-2013

No período entre 2007 e 2013, o valor adicionado pelas empresas cresceu 75%, resultado corrigido pela inflação setorial (INCC-DI). O crescimento foi comandado pelos segmentos imobiliário e de serviços, que cresceram 79% e 94%, respectivamente. A importância crescente dos serviços especializados, relevante para as empresas do setor, foi confirmada pelos resultados da última edição da pesquisa.

Mas os números da PAIC mostram que houve uma inflexão em 2013, ou seja, os anos de crescimento expressivo da construção não apenas ficaram para trás, mas o setor se deparou com a primeira retração desde 2008. Em 2013, o valor adicionado pelas empresas registrou crescimento nominal de 5,99%, o que, descontada a elevação setorial medida pelo INCC-DI, representou uma queda real de 1,6%.

A retração do PIB das empresas marcou o encerramento do ciclo de obras do mercado imobiliário que teve seu pico entre 2010 e 2011. Os investimentos em infraestrutura, embora tenham crescido ao longo do período, sofreram em 2013 em decorrência da grande dependência de recursos públicos e cortes orçamentários. O valor adicionado nos segmentos de edificações e de infraestrutura registraram retrações de 3,47% e 2,82%, respectivamente, na comparação com 2012. Por sua vez, os serviços especializados ainda tiveram crescimento de 4,73%, contribuindo para atenuar a retra-

ção sofrida pelos maiores segmentos do setor. No entanto, isso se deve em boa medida ao fato de que esses serviços respondem com atraso à desaceleração do setor por serem intensivos nas fases finais das obras.

Um aspecto negativo dos números setoriais revelado pela PAIC diz respeito à evolução da produtividade. A pesquisa indicou que mesmo nos anos de grande crescimento não houve melhora na geração de valor por pessoa ocupada nas empresas. Pelo contrário, a produtividade média caiu 6,73% no período, refletindo um resultado bastante desigual entre os segmentos de atividade. No segmento de edificações, a produtividade do trabalho teve variação de -3,23%; nos serviços especializados, a queda foi mais intensa, de - 20,14%. Apenas em infraestrutura houve pequena melhora, de 1,59%.

A análise por porte revela que apenas as empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas registraram ligeira melhora na produtividade (0,17%), enquanto nas empresas com menos de 5 pessoas, houve redução de 14% e nas empresas entre 5 a 29 pessoas, a diminuição foi de 29%.

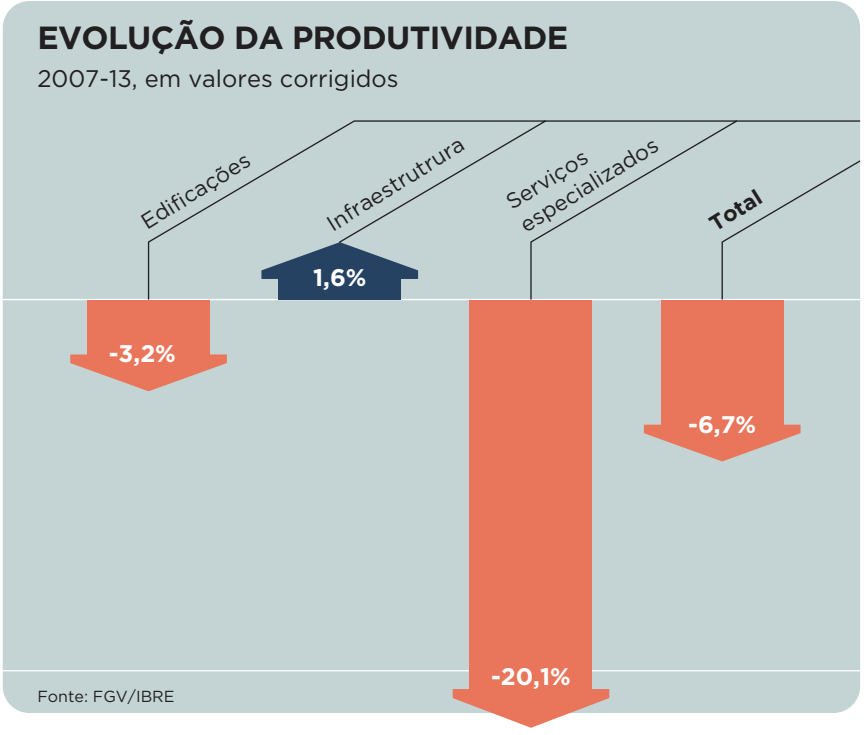
O descompasso entre a produtividade e o crescimento das empresas tem muitas causas. O perfil do desempenho setorial, como relatado acima, dá algumas pistas. No entanto, a queda muito forte da produtividade também pode estar relacionada ao movimento de formalização da mão de obra que ocorreu no período. Entre 2007 e 2013, de acordo com a Rais, o número de trabalhadores com carteira na construção aumentou 84%. Assim, empregados que já trabalhavam nas empresas foram formalizados, sem que houvesse assim um aumento correspondente do PIB a despeito do aumento do pessoal ocupado formal.

Vale notar que, em 2013, o desempenho das empresas teve o pior resultado do período: a produtividade média caiu 6%. Em 2012, as empresas haviam conseguido elevar a produtividade em 4%. Ou seja, as empresas não conseguiram sustentar o crescimento anterior.

Outro ponto importante relacionado à queda de produtividade é a qualificação dos gestores. Em todo o mundo, o aumento das atividades terceirizadas, tipicamente os serviços especializados, torna a atividade de cada empresa mais complexa e multifacetada. O desafio é administrar teias em não cadeias de fornecedores. Isso exige padrões de gestão em sintonia com o uso de técnicas e métodos construtivos mais eficientes. A produtividade decorre, assim, da melhoria conjunta da tecnologia e da qualificação da mão de obra no chão da obra e na gestão das empresas. A adoção de métodos e processos mais eficientes resultando em aumento de produtividade só é possível com a melhora do capital humano em todas as suas dimensões.

Enfim, vê-se que o crescimento e a formalização não foram determinantes para a melhora da produtividade das empresas. A melhoria da qualidade das relações de trabalho não foi acompanhada pela melhoria das relações produtivas. Apesar disso, os salários tiveram significativos aumentos reais, uma combinação que levou à perda de rentabilidade e eficiência das empresas. Contraditoriamente, a experiência internacional também aponta a elevação dos salários como um estímulo à busca de mais produtividade, o que não se viu no Brasil entre 2007 e 2013 segundo a Paic.

Com o esgotamento do período de bônus demográfico do país, não será mais possível sustentar o crescimento com base na incorporação da força de trabalho. No entanto, o ingresso em um período de grande queda na atividade define o grande desafio dos próximos anos: o esforço para o aumento da produtividade, que tem que envolver não apenas as empresas maiores, mas também suas subcontratadas.



CORTES NOS INVESTIMENTOS REDUZEM OBRAS E EMPREGOS NA CONSTRUÇÃO

Desde dezembro de 2014, o pessimismo vem aumentando sob diversas óticas, atingindo todos os segmentos do setor

Itaiguara Bezerra*, Ana Maria Castelo e Pedro Medeiros Teixeira**

Em janeiro de 2007, o governo federal criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um conjunto de empreendimentos e ações em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia, entre outros, que tinha o objetivo primordial de eliminar os gargalos históricos da infraestrutura brasileira. Dois anos depois, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) passou a integrar o PAC. O programa voltado para a produção de habitações de interesse social tinha o duplo intuito de impulsionar a atividade econômica e diminuir o déficit habitacional.

Desde o início, os dois programas foram relativamente bem-sucedidos na tarefa de gerar renda e emprego no setor da construção e nos demais elos da cadeia. Vale lembrar que, em 2009, a elevação dos gastos federais com os programas teve um importante efeito contracíclico na economia. Naquele ano, enquanto o PIB do país registrou ligeira retração, o PIB setorial apresentou taxa de crescimento de 7%. O efeito na geração de renda e emprego foi diretamente proporcional ao crescimento dos investimentos nas áreas de habitação social e infraestrutura: os gastos do governo com o PAC foram se elevando progressivamente como proporção do total de despesas primárias até atingir um pico em 2014.

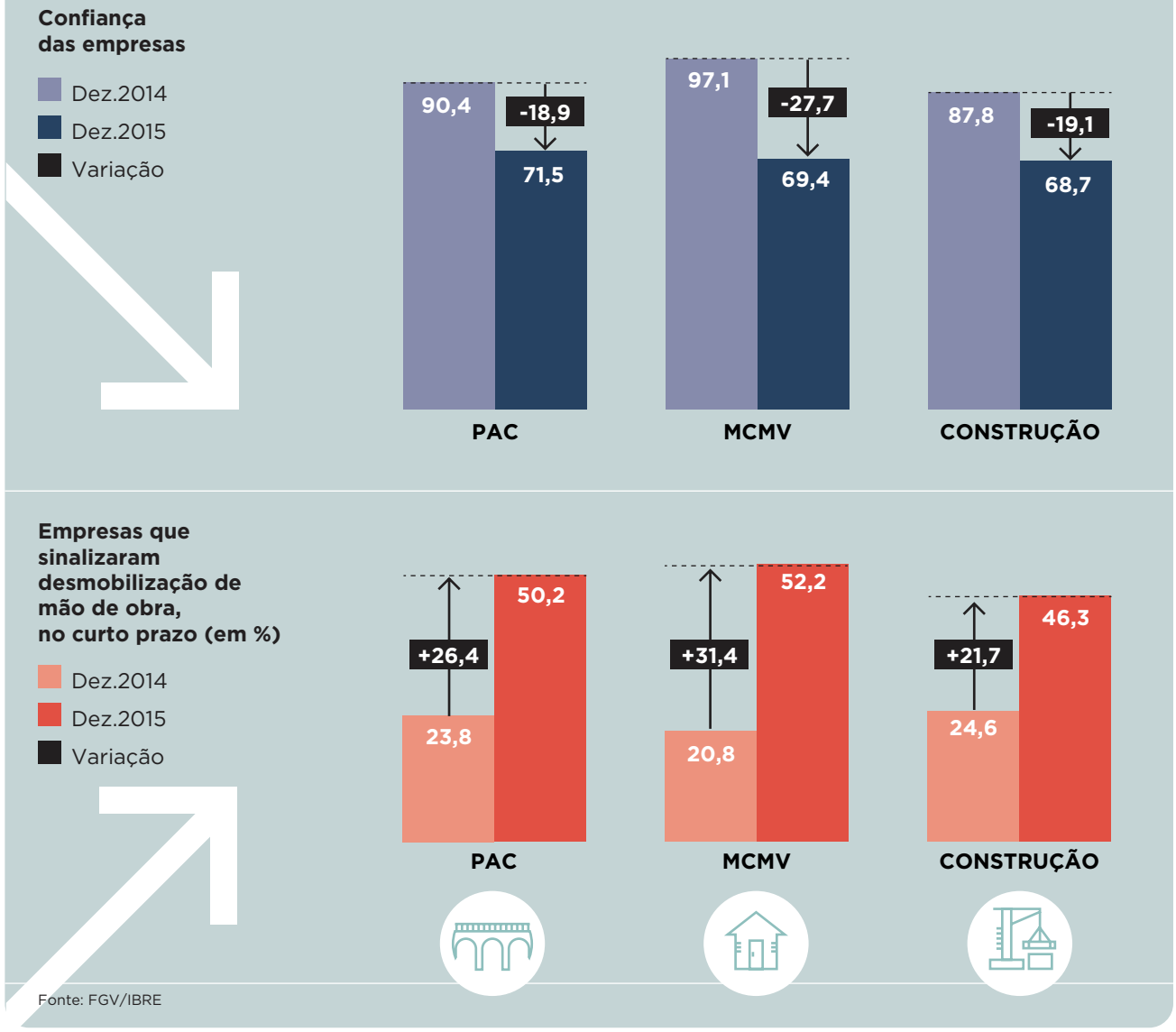
Em dezembro de 2015, a confiança das empresas do setor da construção alcançou o piso da série histórica.

No entanto, as dificuldades fiscais do governo levaram a mudanças de diretriz da política pública, afetando os programas, que passaram a sofrer atrasos nos fluxos de pagamento. Houve também forte queda nas despesas primárias com o PAC. Paralelamente, o MCMV chegou ao final de sua segunda fase sem a terceira fase ter sido lançada.

As dificuldades com os programas em 2015 ocorreram em um cenário macroeconômico de forte deterioração, na qual a atividade registrou retração de quase 4,0%. No setor da construção, a queda atingiu a marca de 7,6%. Assim, a retração no setor não pode ser atribuída diretamente apenas aos programas, mas provavelmente teve uma contribuição não desprezível.

Para captar a percepção dos empresários em relação à importância dos Programas como força propulsora da atividade, a Sondagem da Construção, da **FGV/Ibre**, em sua edição de dezembro de 2014, incluiu duas perguntas. Os questionamentos procuravam monitorar a evolução passada e obter expectativas em relação à evolução futura do volume de obras relacionadas ao PAC e ao Minha Casa Minha Vida (MCMV) e investigar se haveria diferença de resultados entre empresas participantes e não participantes dos programas. A pesquisa foi realizada no-

A DETERIORAÇÃO DAS PERSPECTIVAS



Fonte: FGV/IBRE

vamente em junho de 2015, quando foram incluídas mais duas perguntas, com o objetivo de avaliar a situação dos fluxos de pagamento das medições por parte do governo federal, e em dezembro do mesmo ano.

A consolidação dos resultados mostrou que, em dezembro de 2015, a confiança das empresas do Setor da Construção alcançou o piso da série histórica, sob influência de uma redução muito forte do nível de atividade e de um pessimismo crescente em relação às perspectivas de retomada. As questões referentes aos programas mostraram que a queda na confiança teria afetado tanto as empresas participantes dos programas como as não participantes. Estas últimas, no entanto, continuam com indicadores de confiança mais baixos que as primeiras, indicando

Obras em andamento sofreram com os atrasos nos fluxos de pagamento – ampla maioria das empresas reportou atrasos, que atingiram de forma mais contundente o PAC.

que, a despeito da desaceleração das obras e dos atrasos de pagamentos, o PAC e o MCMV ainda influenciam favoravelmente a confiança das empresas do setor.

Situação atual e perspectivas

Desde dezembro de 2014, o pessimismo do setor de construção civil vem aumentando sob diversas óticas, atingindo todos os segmentos setoriais. As obras que tiveram origem em 2012, ápice do ciclo imobiliário, se encerravam e o volume de novas obras já era significativamente menor, refletindo a redução dos lançamentos e vendas. Esse cenário se reflete no indicador de situação atual dos negócios das empresas da construção: uma ampla maioria reportou uma situação fraca e uma carteira de contratos abaixo do normal.

Para as empresas dos programas que começavam a sofrer com a redução do ritmo dos repasses e o fim das contratações da última fase do MCMV, a percepção não era muito diferente. O corte nos recursos do PAC afetou especialmente as perspectivas de novas obras. Em dezembro de 2015, 64,3% dos empresários previram que o volume de obras contratadas pelo PAC diminuiria nos 12 meses seguintes – percentual similar (62,9%) ao reportado pelas empresas do MCMV.

Com perspectivas mais negativas, os empresários passaram a indicar maiores demissões no mercado de trabalho. O pessimismo foi crescendo ao longo do ano, assim como as demissões. Em dezembro de 2014, 23,8% das empresas que atuavam no PAC esperavam diminuir seu pessoal ocupado. Já em dezembro de 2015, a proporção das empresas que previam reduzir o quadro de pessoal aumentou para 50,2% – percentual superior ao da média das empresas da construção (46,3%).

Em dezembro, 50,2% das empresas que atuavam no PAC previam reduzir o quadro de pessoal.

Vale notar que o estoque de trabalhadores com carteira assinada na área de infraestrutura caiu 13% entre 2014 e 2015. Além disso, as obras em andamento também sofreram com os atrasos nos fluxos de pagamento: uma ampla maioria das empresas reportou atrasos, que atingiram de forma mais contundente o PAC. Essa situação indiscutivelmente contribuiu para a indicação superior à média de desmobilização do efetivo das empresas do PAC.

Obstáculos aos negócios

Nos últimos 20 meses, ou seja, desde julho de 2014, as empresas do setor da construção vêm sinalizando uma dificuldade em comum, independente de sua área de atuação: a demanda insuficiente para sustentar os negócios. Em dezembro de 2014, essa opção era apontada por 40,8% das empresas como maior fator limitativo aos negócios; em dezembro de 2015, esse percentual passou para 52,2%.

Paradoxalmente, essa questão também é a que mais aflige as empresas que trabalham frequentemente no âmbito dos programas. É um paradoxo, considerando que com os déficits de infraestrutura e habitacional do país demanda não deveria ser um problema. No entanto, no final de 2014, quando as contratações do MCMV ainda ocorriam de forma mais significativa, ela afetava relativamente menos as empresas do programa.

A maior distinção diz respeito ao quesito Custos (mão de obra e matéria-prima), que ainda possui um percentual de assinalações elevado para as empresas dos programas em relação à média do setor. Isso ocorre, possivelmente, em decorrência dos atrasos dos pagamentos e de uma menor rentabilidade – no caso das obras do MCMV, essa questão represente uma dificuldade maior, a despeito da evolução mais favorável dos custos setoriais nos últimos 12 meses.

Em relação aos fatores limitativos à atividade, vale notar o aumento das assinalações na opção Outros (em aberto), que há um ano era a oitava opção sinalizada, com 12,8%, e um ano depois, é a segunda, com 33,1%. Esse aumento pode ser atribuído às citações à incerteza no cenário macroeconômico, uma preocupação que afeta todas as empresas.

Visão da retomada

A deterioração da atividade está indiscutivelmente afetando as empresas da construção: contratos, volume de negócios, emprego. O agravante do cenário atual é a perda de capacidade de ação anticíclica do governo a partir dos investimentos dos principais programas.

A despeito disso, os programas ainda representam uma possibilidade de recuperação da demanda e, portanto, da atividade, de forma mais rápida para as empresas que atuam em infraestrutura e habitação social. O Índice de Confiança da Construção (ICST), indicador-síntese da Sondagem da Construção, apresentou queda forte e disseminada entre os diferentes segmentos nos últimos 12 meses. A confiança das empresas que participam dos programas PAC e MCMV também sofreu queda expressiva, mas mesmo com as fortes quedas dos índices, a confiança das empresas que atuam nos programas ainda é superior à do setor como um todo.

* Economista e coordenador da Sondagem da Construção.
** Assistente de pesquisa.

RECUPERAÇÃO FORA DO HORIZONTE

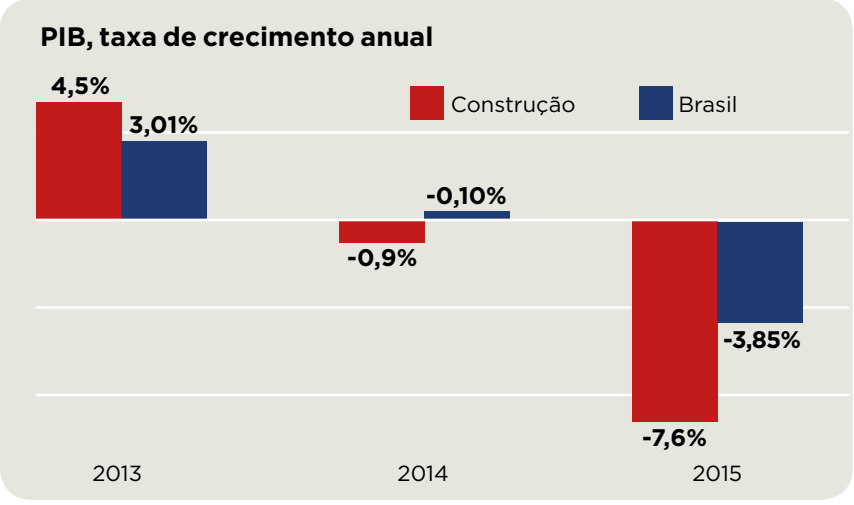
Nível de atividade da cadeia da construção continua em retração

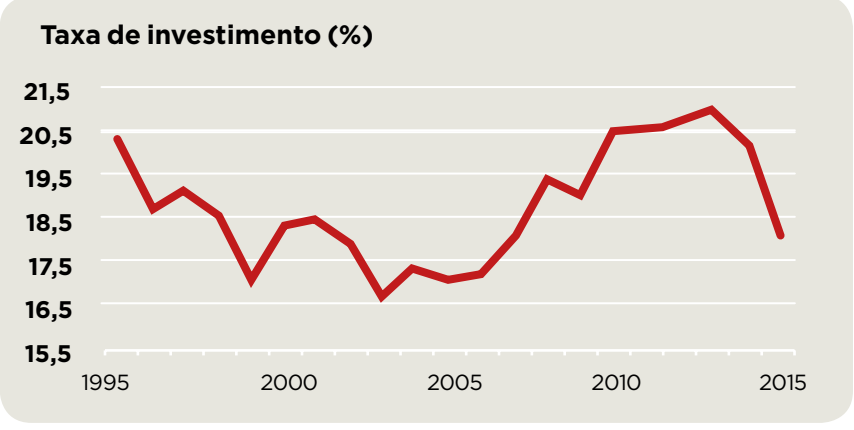
Robson Gonçalves e Ana Maria Castelo

A construção civil reflete hoje de modo exacerbado o contexto macroeconômico. A queda do nível de atividade em 2015 superou até mesmo as expectativas mais pessimistas formuladas ao longo do ano. Segundo o IBGE, a queda do PIB total no ano foi de 3,8% e, no caso da construção civil, de 7,6%.

São números preocupantes, uma vez que caracterizam uma das piores crises da história. Além disso, o agravamento da retração ao final do ano deixou uma herança estatística que merece ser destacada. Como o PIB encerrou 2015 abaixo da média do ano, 2016 já começa com um "efeito carregamento negativo". Em outras palavras, ainda que a atividade econômica permanecesse até dezembro no mesmo nível de janeiro, como este está abaixo da média de 2015, o resultado seria uma variação negativa do indicador no ano.

Outro destaque se refere à ausência de um horizonte de recuperação. Isso vale para a economia como um todo e, de forma ainda mais intensa, para a construção civil. As principais fontes de demanda, que ditam o ritmo da atividade econômica no curto prazo, seguem em trajetória de queda, à exceção do saldo comercial. Este, por sua vez, está se recuperando muito mais por conta da queda nas importações do que pela elevação das exportações.





Fonte: IBGE

Isso ocorre também com a cadeia da construção. Segundo estimativas da **FGV** feitas para a Abramat, as importações de materiais de construção tiveram queda superior a 20% em 2015, enquanto as exportações caíram cerca de 8%.

Por fim, a persistência da inflação é outro elemento que tem contrariado seguidamente as expectativas. Há um ano, o cenário mais provável era de que o IPCA convergiria para

o centro da meta do Banco Central (4,5%) devido à combinação de queda na demanda e encerramento do ciclo de reajuste de preços administrados. O que se observa hoje é uma inflação acima de dois dígitos com perspectiva de encerrar o ano além do limite superior da meta oficial.

Assim, a síntese do contexto macroeconômico neste início de ano tem dois elementos: continuidade da recessão e persistência inflacionária. Ambos com impactos relevantes sobre a construção.

Emprego nas construtoras

Ao final de 2015, o nível global de emprego nas construtoras era de cerca de 2,8 milhões de trabalhadores. Esse patamar é cerca de 20% mais baixo do que o registrado no auge do ciclo de expansão, no segundo semestre de 2013, quando o nível de emprego chegou a 3,6 milhões. Em termos comparativos, a construção voltou ao nível de emprego do primeiro semestre de 2010.

No ano passado, a queda global do nível de emprego foi de 11%. Os segmentos de infraestrutura e imobiliário registraram retrações ainda maiores: 14,5% e 13,4%, respectivamente. Serviços de engenharia e arquitetura e as atividades de preparação de terrenos, considerados antecedentes do ciclo da construção, também registraram quedas relevantes no nível de emprego: 11,1% e 10,4%, respectivamente. Na ponta final do ciclo de produção das construtoras, as obras de acabamento tiveram o desempenho menos desfavorável, com queda de 4,3% no nível de emprego em 2015.

Vale notar que a queda no emprego foi ainda mais intensa ao final do ano. Para o total dos segmentos, a retração desse indicador em dezembro de 2015 na comparação com igual período do ano anterior foi de 14,6%. Nessa mesma base de comparação, o emprego na preparação de terrenos caiu 16,6%. Vistos em conjunto, esses números confirmam que o setor ainda não está vislumbrando um horizonte de recuperação.

Emprego com carteira na construção

Taxa no ano 2015 (%)

		Participação no estoque dez/2015 (%)
Infraestrutura	-14,52	16,41
Imobiliário	-13,38	37,22
Total dos segmentos	-11,18	100,00
Engenharia e Arquitetura	-11,10	8,61
Preparação de terreno	-10,38	4,06
Obras de instalação	-8,20	13,28
Incorporação de imóveis	-6,75	9,10
Outros serviços	-5,72	5,51
Obras de acabamento	-4,28	5,81

Fonte: MTE, Sinduscon-SP/**FGV**

Varejo e indústria

O volume de vendas no comércio varejista de materiais de construção teve queda de 8,4% em 2015, mais do que o dobro do registrado no chamado "varejo restrito", que exclui tantos os próprios materiais quanto o comércio automotivo. Embora o desempenho desse indicador tenha sido volátil ao longo do ano, na comparação entre dezembro e o mesmo mês de 2014 a queda no volume de vendas de materiais foi ainda mais intensa: 13%. Esse movimento foi observado nas 12 regiões pesquisadas pelo IBGE e resultou da retração geral do consumo das famílias. Esta, por sua vez, foi consequência da redução dos níveis de renda, resultado da queda tanto no emprego quanto no valor real dos salários, corroídos pela inflação persistente.

Consequência da retração dos dois principais componentes de demanda, construtoras e varejo, a produção física de materiais de construção também registrou forte queda em 2015. Segundo o IBGE, esse indicador teve variação de -13%. Na comparação mês contra igual mês do ano anterior, dezembro teve o pior desempenho do ano: 21,4%. Assim, o nível de emprego na indústria também registrou queda, voltando a níveis próximos aos de 2010, cerca de 760 mil postos ao final do ano passado.

Além do horizonte

Crise alguma dura eternamente. E a atual certamente não é exceção. Mas, o que torna o quadro atual mais grave é que a recuperação está além do horizonte, isto é, não há elemento algum hoje que sugira que a recessão irá acabar em três, seis ou 12 meses. No nível macro, persistem incertezas sobre as linhas gerais do ajuste. Enquanto isso, no nível micro, tem havido poucas iniciativas no sentido de fazer da crise um momento de "arrumar a casa", reduzindo os velhos entraves à produtividade. Sem uma definição no nível da política econômica e sem iniciativas de melhoria da eficiência empresarial, o fim da crise permanecerá sendo apenas uma esperança.

SONDAGEM: NEM TRANQUILO, NEM FAVORÁVEL

A primeira Sondagem da Construção do ano, realizada em fevereiro pela **FGV** e pelo **Sindus-Con-SP**, mostrou que a percepção das empresas em relação ao cenário atual e para os próximos meses é bastante pessimista. O resultado recém divulgado pelo IBGE mostrou uma queda intensa do PIB setorial no ano passado. A sondagem de fevereiro indica que atividade continuou se enfraquecendo e deverá cair mais nos próximos meses, refletindo a retração dos investimentos das famílias, empresas e governos.

O desempenho corrente dos negócios foi assinalado como estando em patamar muito abaixo do verificado no ano passado. Entre os componentes do indicador de desempenho, o que mais tem contribuído para a piora do resultado é o do emprego, o que representa uma sinalização de que as demissões devem continuar elevadas.

A maioria dos empresários também apontou o crescimento das dificuldades financeiras. O crédito mais caro e escasso está afetando tanto as famílias quanto as empresas, dificultando os negócios até para aqueles que ainda têm disposição de investir ou de comprar um imóvel.

A retração do mercado de trabalho deveria contribuir para expectativas mais favoráveis em relação aos custos setoriais, no entanto, na comparação com 2015, a indicação é de piora, o que pode estar relacionado ao piso estabelecido pelo salário mínimo, que no início do ano subiu 11%.

Em um setor que trabalha com ciclos longos, a percepção dominante de que a atividade continua enfraquecendo significa que a retomada ainda está distante. No entanto, como as expectativas também continuam negativas, pode-se dizer que a maioria das empresas não vislumbra ainda a retomada. Vale notar que o pessimismo maior é com a política econômica e com o desempenho da economia.

INDICADORES DA CONSTRUÇÃO

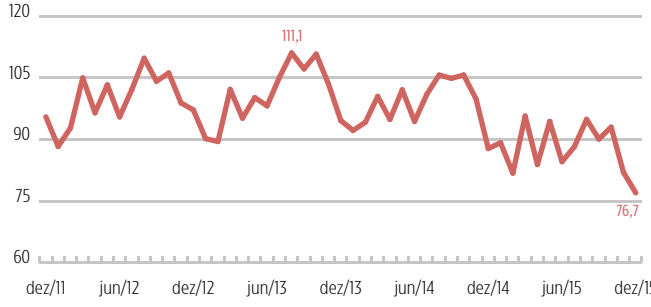
Materiais de construção – consumo e produção	22
Mercado imobiliário	23
Investimentos em habitação	24
Rentabilidade do mercado brasileiro de imóveis comerciais	25
Custo da construção residencial no Estado de São Paulo	26
Preços de materiais de construção no Estado de São Paulo	27
Emprego da construção nos Estados	28
Emprego da construção nos Estados	29
Emprego da construção brasileira por segmento	30
Emprego da construção paulista por segmento	31

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – CONSUMO E PRODUÇÃO

Em 2015, a produção de materiais de construção acumulou queda de quase 13% em relação ao ano anterior. Componente importante dessa cadeia, a fabricação de cimento também apresentou forte variação negativa em relação a 2014 (-10,9%).

FABRICAÇÃO DE CIMENTO – BRASIL

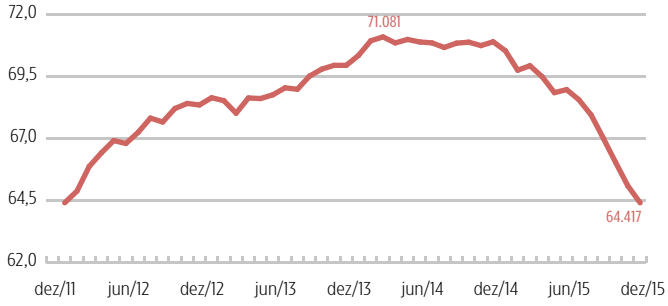
Por mês | Média 2012 = 100



Fonte: SNIC

VENDAS DE CIMENTO – BRASIL

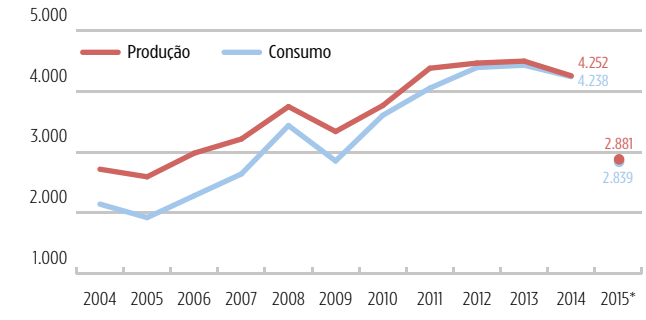
Mercado interno | Em 12 meses | Mil toneladas



Fonte: SNIC

VERGALHÕES BRASIL

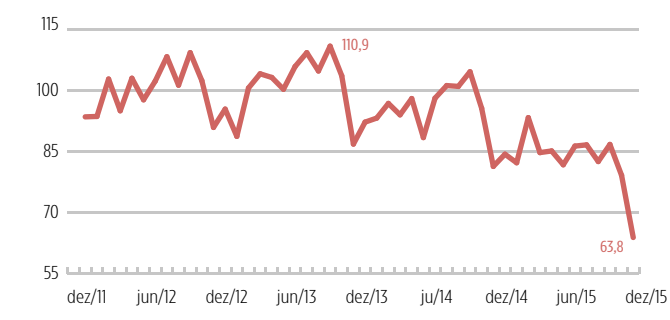
Mil toneladas



Fonte: MDIC-SECEX / Aço Brasil * dados até setembro

PRODUÇÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – BRASIL

Por mês | Média 2012 = 100



Fonte: IBGE

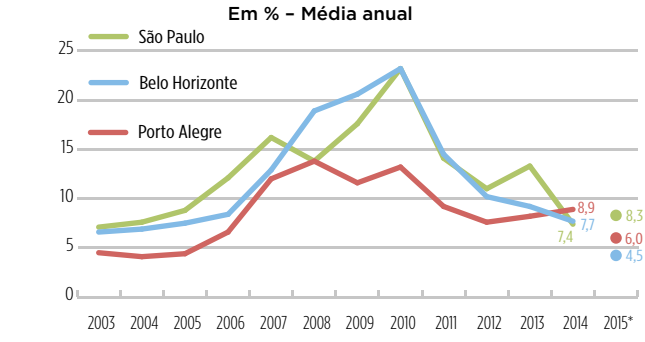
Período		Produção de Materiais de Construção – Brasil			Cimento – Brasil					Vergalhões – Brasil					
					Fabricação			Vendas – Mercado Interno		Produção			Consumo Aparente		
		Índice: Média de 2012 = 100	Variação (%)		Índice: Média de 2012 = 100	Variação (%)		Mil T em 12 Meses	Variação (%)	Mil T	Variação (%)		Mil T	Variação (%)	
			No Ano	Em 12 Meses		No Ano	Em 12 Meses		Em 12 Meses		No Mês	No Ano		No Mês	No Ano
2015	Jan	84	-8,6	-6,1	89	-3,3	-2,4	70.522	0,3	322	51,2	-12,0	324	18,3	-10,8
	Fev	82	-10,2	-7,4	82	-8,3	-3,9	69.744	-1,7	331	3,0	-10,2	273	-15,6	-18,9
	Mar	93	-7,9	-7,4	96	-7,1	-4,1	69.924	-1,6	329	-0,8	-12,8	358	31,1	-12,8
	Abr	85	-8,4	-7,4	84	-8,2	-5,0	69.480	-1,9	339	3,2	-13,0	320	-10,7	-10,5
	Mai	85	-9,4	-8,0	94	-8,1	-5,8	68.842	-3,0	323	-4,7	-13,5	290	-9,4	-13,5
	Jun	82	-9,1	-7,7	85	-8,4	-6,3	68.963	-2,7	259	-19,9	-15,2	334	15,1	-10,8
	Jul	86	-9,6	-8,1	88	-9,1	-7,0	68.556	-3,2	336	29,6	-13,3	307	-8,0	-11,8
	Ago	87	-10,2	-8,7	95	-9,2	-7,5	67.945	-3,8	367	9,3	-11,2	319	4,0	-12,4
	Set	83	-11,1	-10,0	90	-9,8	-8,6	67.006	-5,4	275	-24,9	-12,9	315	-1,1	-12,3
	Out	87	-11,8	-11,0	93	-10,1	-9,3	66.038	-6,8						
	Nov	79	-12,3	-11,8	82	-10,8	-10,5	65.094	-8,0						
	Dez	64	-12,9	-12,9	77	-10,9	-10,9	64.417	-9,1						

Fonte: SNIC, IABr e IBGE * Dados para consumo de cimento de São Paulo são estimativas.

MERCADO IMOBILIÁRIO

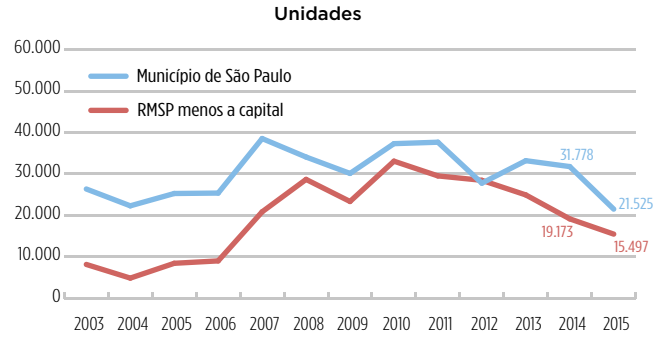
O número de lançamentos no município de São Paulo registrou retração de 32,3% em 2015 em relação ao ano anterior. Na Região Metropolitana de São Paulo (excluindo a capital), a queda foi menor, de 19,2%, mas igualmente expressiva.

VELOCIDADE DE VENDAS



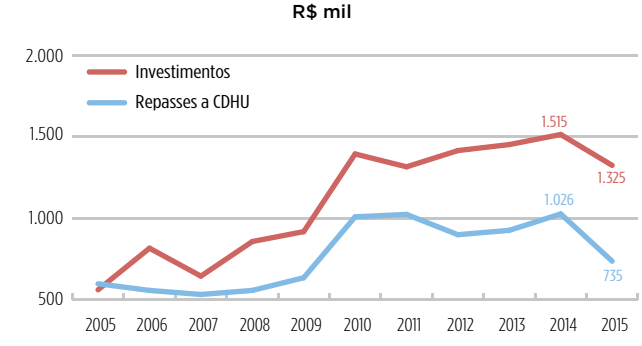
Fonte: CBIC *dados de BH e SP até novembro, de PA até dezembro

LANÇAMENTOS



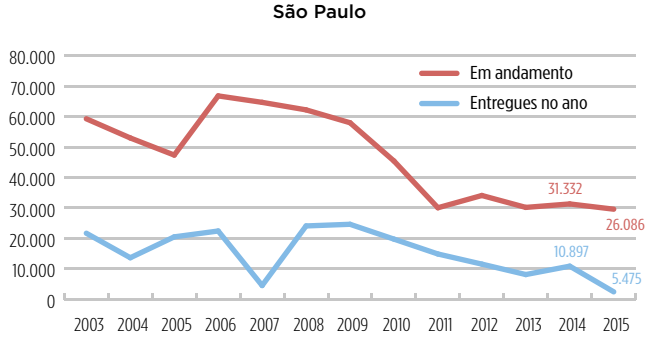
Fonte: Embraesp

INVESTIMENTO EM HABITAÇÃO CDHU



Fonte: Secretaria da Fazenda SP e CDHU

UNIDADES HABITACIONAIS



Fonte: CDHU

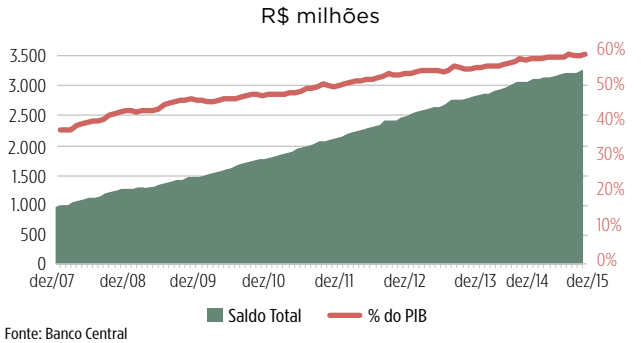
Período		Velocidade de venda (%)			Lançamentos						ICMS no Estado de São Paulo		CDHU	
					Município de São Paulo			RMSP					Unidades habitacionais	
		Belo Horizonte	Porto Alegre	São Paulo	Unidades	Variação (%) No mês	Variação (%) Em 12 meses	Unidades	Variação (%) No mês	Variação (%) Em 12 meses	Repasses à CDHU (R$ milhões)	Investimentos (R$ milhões)	Entregues no ano	Em andamento (média do ano)
2014	Set	5,0	6,9	11,1	4.018	90,0	-6,4	1.890	51,1	-18,2	58	97	713	34.155
	Out	6,8	6,5	3,9	2.336	-41,9	-9,9	2.472	30,8	-27,1	117	169	363	33.981
	Nov	17,4	6,8	10,1	6.301	169,7	-6,3	2.783	12,6	-30,7	58	94	867	33.117
	Dez	2,9	16,0	10,7	4.675	-25,8	-4,3	2.950	6,0	-23,1	53	117	3.594	31.332
2015	Jan	8,7	5,3	2,7	546	-88,3	-3,2	168	-94,3	-22,7	45	82	180	31.283
	Fev	3,5	4,1	2,7	872	59,7	-0,7	319	89,9	-22,2	45	94	-	31.283
	Mar	8,4	19,7	4,4	773	-11,4	-5,4	1.696	431,7	-21,1	107	153	171	31.160
	Abr	9,2	10,4	7,2	3.023	291,1	-2,2	1.351	-20,3	-18,2	45	91	16	31.542
	Mai	2,7	8,2	7,1	2.403	-20,5	-4,1	2.111	56,3	-15,4	45	113	348	31.194
	Jun	7,9	7,7	8,6	2.036	-15,3	-1,7	2.844	34,7	-13,8	65	101	602	30.510
	Jul	2,6	17,2	3,7	825	-59,5	-0,7	1.085	-61,8	-12,8	45	95	654	30.314
	Ago	5,7	7,2	5,6	1.840	123,0	0,9	527	-51,4	-17,0	45	97	502	29.607
	Set	12,4	14,6	5,0	1.057	-42,6	-12,3	1.708	224,1	-13,4	151	199	83	29.586
	Out	4,5	6,9	4,0	1.769	67,4	-12,4	418	-75,5	-17,6	45	83	359	29.154
	Nov	4,5	6,7	8,3	3.446	94,8	-25,3	1.275	205,0	-20,8	45	109	527	28.383
	Dez		6,0		2.935	-14,8	-32,3	1.995	56,5	-19,2	49	108	2.033	26.086

Fonte: Secovi-SP, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, CDHU e Bacen/Decad

INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO

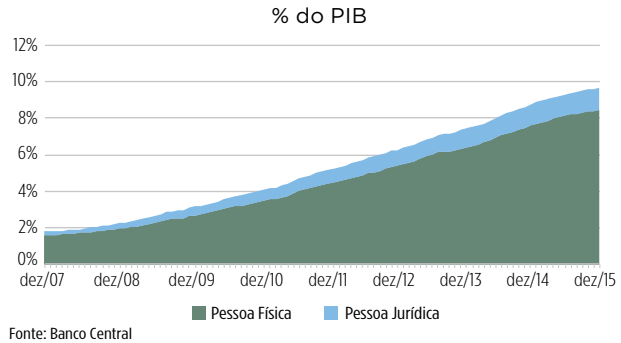
A concessão de crédito imobiliário continuou impulsionando o saldo total de crédito concedido no Brasil, embora seu ritmo de crescimento tenha desacelerado. Em 2015, a média do saldo total da carteira de crédito com recursos direcionados para financiamento imobiliário cresceu 22,2%, alcançando quase meio trilhão de reais (17,8% do total da carteira de crédito).

CARTEIRA DE CRÉDITO



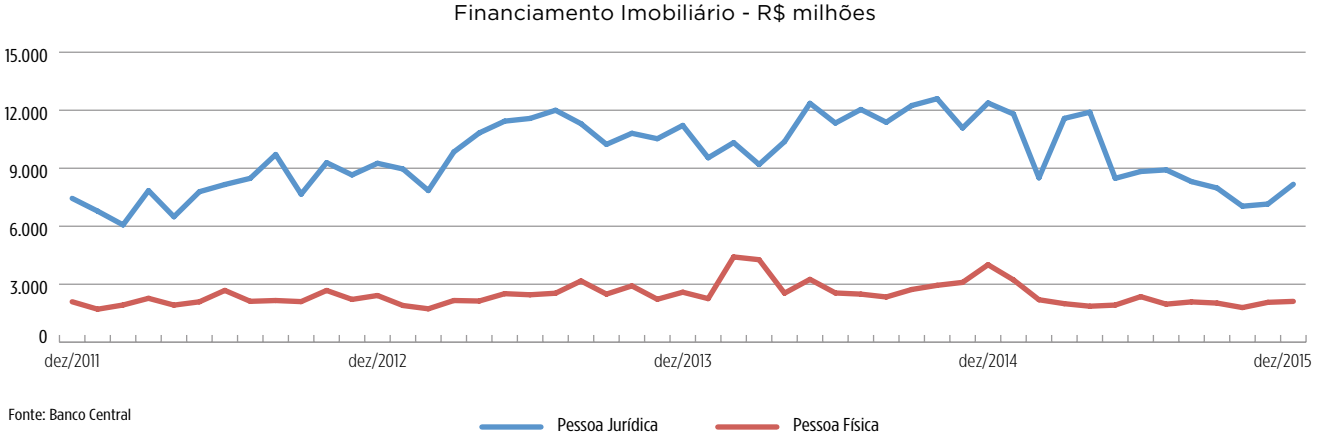
Fonte: Banco Central

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO



Fonte: Banco Central

CONCESSÕES DE CRÉDITO



Fonte: Banco Central

SBPE mês a mês

Período		Saldo Total da Carteira de Crédito		Saldo Total de Financiamento Imobiliário		Saldo de Financiamento Imobiliário - Pessoa Jurídica		Saldo de Financiamento Imobiliário - Pessoa Física		Concessões de crédito com recursos direcionados - Financiamento Imobiliário		
		(R$) milhões	% do PIB	Total - R$ (milhões)	% do Crédito Total	% do PIB	% do Crédito Imobiliário	% do PIB	% do Crédito Imobiliário	Total	Pessoa Jurídica	Pessoa Física
2015	Jan	3.012.721	52,81%	439.629	16,79%	1,16%	13,11%	7,71%	86,89%	15.030	3.225	11.805
	Fev	3.024.316	52,92%	444.783	16,93%	1,18%	13,15%	7,78%	86,85%	10.702	2.198	8.504
	Mar	3.060.731	53,20%	451.976	16,97%	1,17%	13,01%	7,86%	86,99%	13.573	1.994	11.579
	Abr	3.061.492	53,05%	460.404	17,26%	1,18%	12,87%	7,98%	87,13%	13.761	1.863	11.898
	Mai	3.082.430	53,31%	465.620	17,33%	1,19%	12,83%	8,05%	87,17%	10.400	1.922	8.478
	Jun	3.100.422	53,37%	470.936	17,43%	1,19%	12,84%	8,11%	87,16%	11.191	2.359	8.832
	Jul	3.109.646	53,36%	476.746	17,59%	1,21%	12,85%	8,18%	87,15%	10.886	1.970	8.916
	Ago	3.135.187	53,65%	481.944	17,63%	1,21%	12,82%	8,25%	87,18%	10.395	2.087	8.308
	Set	3.164.300	54,04%	486.288	17,63%	1,22%	12,83%	8,31%	87,17%	10.004	2.025	7.979
	Out	3.157.443	53,71%	490.753	17,83%	1,23%	12,81%	8,35%	87,19%	8.829	1.793	7.036
	Nov	3.174.856	53,78%	494.941	17,87%	1,23%	12,76%	8,38%	87,24%	9.213	2.064	7.149
	Dez	3.216.851	54,25%	499.555	17,79%	1,23%	12,71%	8,42%	87,29%	10.282	2.113	8.169

Fonte: Bacen/Decad, CBIC

RENTABILIDADE DO MERCADO BRASILEIRO

O IGMI-C é um índice de rentabilidade do mercado brasileiro de imóveis comerciais cujo objetivo é retratar a evolução da valorização dos preços e dos rendimentos do segmento de imóveis comerciais em todo o Brasil.

Período		Índice geral do mercado imobiliário brasileiro - Comercial											
		Total				Capital				Renda			
		Índice (base 1°tri/ 2000 = 100)	Variação (%)			Índice (base 1°tri/ 2000 = 100)	Variação (%)			Índice (base 1°tri/ 2000 = 100)	Variação (%)		
			No trimestre	No ano	Em 12 meses		No trimestre	No ano	Em 12 meses		No trimestre	No ano	Em 12 meses
2005	1	223,55	2,26	2,26	11,04	150,47	1,10	1,10	4,26	149,79	1,15	1,15	6,58
	2	231,19	3,42	5,75	10,89	152,25	1,18	2,30	4,14	153,15	2,24	3,42	6,54
	3	239,23	3,47	9,43	12,04	154,86	1,72	4,06	5,07	155,84	1,76	5,23	6,72
	4	245,11	2,46	12,12	12,12	156,79	1,25	5,35	5,35	157,72	1,21	6,51	6,51
2006	1	254,73	3,93	3,93	13,95	160,96	2,66	2,66	6,97	159,73	1,27	1,27	6,63
	2	266,87	4,76	8,88	15,43	164,89	2,44	5,16	8,30	163,44	2,32	3,62	6,72
	3	275,79	3,34	12,52	15,28	167,59	1,64	6,88	8,22	166,22	1,70	5,39	6,66
	4	285,60	3,56	16,52	16,52	169,81	1,33	8,30	8,30	169,93	2,23	7,74	7,74
2007	1	297,88	4,30	4,30	16,94	174,82	2,95	2,95	8,61	172,22	1,35	1,35	7,82
	2	311,55	4,59	9,08	16,74	178,45	2,07	5,09	8,22	176,55	2,52	3,90	8,03
	3	326,45	4,79	14,30	18,37	183,11	2,61	7,83	9,26	180,39	2,17	6,15	8,52
	4	343,62	5,26	20,32	20,32	187,88	2,61	10,64	10,64	185,18	2,65	8,97	8,97
2008	1	371,69	8,17	8,17	24,78	196,61	4,64	4,64	12,46	191,70	3,52	3,52	11,31
	2	394,70	6,19	14,86	26,69	202,37	2,93	7,71	13,41	197,94	3,25	6,89	12,11
	3	416,59	5,55	21,23	27,61	206,91	2,24	10,13	13,00	204,49	3,31	10,43	13,36
	4	443,58	6,48	29,09	29,09	212,69	2,79	13,20	13,20	212,02	3,69	14,50	14,50
2009	1	481,10	8,46	8,46	29,43	223,33	5,00	5,00	13,59	219,35	3,46	3,46	14,42
	2	513,30	6,69	15,72	30,05	230,70	3,30	8,47	14,00	226,79	3,39	6,96	14,57
	3	538,21	4,85	21,33	29,19	234,83	1,79	10,41	13,49	233,74	3,06	10,24	14,31
	4	568,49	5,63	28,16	28,16	240,13	2,26	12,90	12,90	241,61	3,37	13,95	13,95
2010	1	605,38	6,49	6,49	25,83	248,30	3,40	3,40	11,18	249,07	3,09	3,09	13,55
	2	640,38	5,78	12,65	24,76	254,97	2,69	6,18	10,52	256,78	3,09	6,28	13,22
	3	675,01	5,41	18,74	25,42	260,87	2,31	8,64	11,09	264,72	3,09	9,57	13,26
	4	713,45	5,69	25,50	25,50	265,93	1,94	10,74	10,74	274,66	3,75	13,68	13,68
2011	1	748,68	4,94	4,94	23,67	270,61	1,76	1,76	8,99	283,39	3,18	3,18	13,78
	2	780,81	4,29	9,44	21,93	274,53	1,45	3,24	7,67	291,45	2,84	6,11	13,50
	3	809,99	3,74	13,53	20,00	277,18	0,96	4,23	6,25	299,53	2,77	9,05	13,15
	4	842,12	3,97	18,04	18,04	280,71	1,27	5,56	5,56	307,60	2,69	11,99	11,99
2012	1	878,79	4,35	4,35	17,38	285,25	1,62	1,62	5,41	316,02	2,74	2,74	11,51
	2	910,98	3,66	8,18	16,67	288,71	1,21	2,85	5,16	323,76	2,45	5,25	11,09
	3	946,61	3,91	12,41	16,87	293,00	1,49	4,38	5,71	331,60	2,42	7,80	10,71
	4	991,02	4,69	17,68	17,68	298,92	2,02	6,49	6,49	340,46	2,67	10,68	10,68
2013	1	1.037,18	4,66	4,66	18,02	305,38	2,16	2,16	7,06	348,97	2,50	2,50	10,43
	2	1.081,88	4,31	9,17	18,76	311,69	2,07	4,27	7,96	356,80	2,24	4,80	10,20
	3	1.126,83	4,15	13,70	19,04	317,48	1,86	6,21	8,35	365,00	2,30	7,21	10,07
	4	1.171,54	3,97	18,22	18,22	322,32	1,52	7,83	7,83	373,91	2,44	9,83	9,83
2014	1	1.214,21	3,64	3,64	17,07	326,12	1,18	1,18	6,79	383,12	2,46	2,46	9,79
	2	1.257,80	3,59	7,36	16,26	330,70	1,40	2,60	6,10	391,50	2,19	4,70	9,73
	3	1.299,91	3,35	10,96	15,36	334,38	1,11	3,74	5,32	400,25	2,23	7,04	9,66
	4	1.338,26	2,95	14,23	14,23	336,69	0,69	4,46	4,46	409,29	2,26	9,46	9,46
2015	1	1.379,80	3,10	3,10	13,64	339,41	0,81	0,81	4,07	418,68	2,29	2,29	9,28
	2	1.420,16	2,93	6,12	12,91	341,73	0,68	1,50	3,33	428,07	2,24	4,59	9,34
	3	1.455,44	2,48	8,76	11,96	343,12	0,41	1,91	2,62	436,96	2,08	6,76	9,17
	4	1.487,31	2,19	11,14	11,14	343,50	0,11	2,02	2,02	446,05	2,08	8,98	8,98

O IGMI-C é um índice de rentabilidade do mercado brasileiro de imóveis comerciais, cujo objetivo é retratar a evolução da valorização dos preços e dos rendimentos do segmento de imóveis comerciais em todo o Brasil.
Fonte: FGV

CUSTO DA CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

O Custo Unitário Básico (CUB) representa o custo no Estado de São Paulo por metro quadrado de construção residencial de projetos padrão R8-N, calculado de acordo com a NBR 12.721/2006. Em 2015 o CUB global aumentou 4,9%.

Período		Custo da construção residencial no Estado de São Paulo - Padrão R8-N											
		Global				Mão-de-obra				Material			
		Índice (Base Fev/ 07 = 100)	Variação (%)			Índice (base Fev/ 07 = 100)	Variação (%)			Índice (base Fev/ 07 = 100)	Variação (%)		
			No mês	No ano	Em 12 meses		No mês	No ano	Em 12 meses		No mês	No ano	Em 12 meses
2012	Jul	146,52	0,48	6,62	6,99	163,33	0,55	9,67	10,02	128,00	0,43	2,65	2,98
	Ago	146,72	0,14	6,77	7,06	163,33	0,00	9,67	10,02	128,43	0,34	3,00	3,26
	Set	146,83	0,07	6,85	7,00	163,26	-0,04	9,62	9,83	128,74	0,24	3,25	3,35
	Out	147,12	0,20	7,06	7,15	163,44	0,11	9,74	9,95	128,16	-0,45	2,78	2,75
	Nov	147,39	0,18	7,26	7,27	163,90	0,28	10,05	10,12	129,20	0,81	3,62	3,57
	Dez	147,44	0,03	7,29	7,29	163,90	0,00	10,05	10,05	129,31	0,09	3,71	3,71
2013	Jan	147,43	-0,01	-0,01	7,18	163,90	0,00	0,00	9,98	129,29	-0,02	-0,02	3,54
	Fev	147,42	0,00	-0,01	6,80	163,90	0,00	0,00	9,54	129,27	-0,02	-0,03	3,20
	Mar	147,77	0,24	0,23	6,63	164,36	0,28	0,28	9,44	129,52	0,19	0,16	2,94
	Abr	148,03	0,18	0,40	6,66	164,52	0,10	0,38	9,55	129,91	0,30	0,46	2,91
	Mai	154,60	4,44	4,86	7,86	176,53	7,30	7,71	11,72	130,39	0,37	0,84	2,47
	Jun	156,76	1,39	6,32	7,50	180,00	1,97	9,82	10,81	130,82	0,33	1,17	2,64
	Jul	157,25	0,32	6,66	7,33	180,72	0,40	10,26	10,65	131,11	0,22	1,39	2,43
	Ago	157,51	0,16	6,83	7,35	180,84	0,07	10,34	10,72	131,51	0,31	1,70	2,40
	Set	157,70	0,12	6,96	7,40	180,95	0,06	10,40	10,84	131,78	0,21	1,91	2,36
	Out	157,97	0,17	7,14	7,37	181,07	0,07	10,48	10,79	132,21	0,33	2,24	3,16
	Nov	158,12	0,09	7,24	7,28	181,07	0,00	10,48	10,48	132,53	0,24	2,49	2,58
	Dez	158,21	0,06	7,30	7,30	181,23	0,09	10,57	10,57	132,56	0,02	2,51	2,51
2014	Jan	158,28	0,05	0,05	7,36	181,28	0,03	0,03	10,60	132,61	0,04	0,04	2,57
	Fev	158,65	0,23	0,28	7,61	181,71	0,24	0,27	10,87	132,93	0,24	0,28	2,83
	Mar	158,77	0,08	0,36	7,44	181,91	0,11	0,38	10,68	132,97	0,03	0,31	2,67
	Abr	159,02	0,15	0,51	7,42	181,96	0,03	0,41	10,60	133,44	0,35	0,66	2,72
	Mai	161,74	1,71	2,23	4,62	185,90	2,16	2,58	5,31	134,74	0,97	1,64	3,33
	Jun	166,21	2,77	5,06	6,03	193,59	4,14	6,82	7,55	135,52	0,58	2,23	3,59
	Jul	167,19	0,59	5,68	6,32	194,79	0,62	7,48	7,79	136,30	0,57	2,82	3,96
	Ago	167,97	0,47	6,17	6,65	196,02	0,63	8,16	8,40	136,61	0,23	3,06	3,88
	Set	167,99	0,01	6,18	6,52	196,02	0,00	8,16	8,33	136,50	-0,08	2,98	3,58
	Out	168,19	0,12	6,31	6,48	196,43	0,21	8,39	8,48	136,39	-0,09	2,89	3,16
	Nov	168,23	0,02	6,34	6,40	196,43	0,00	8,39	8,48	136,46	0,05	2,94	2,97
	Dez	168,28	0,03	6,37	6,37	196,43	0,00	8,39	8,39	136,57	0,08	3,03	3,03
2015	Jan	168,83	0,33	0,33	6,67	197,31	0,45	0,45	8,84	136,71	0,10	0,10	3,09
	Fev	169,00	0,10	0,43	6,52	197,31	0,00	0,45	8,58	137,08	0,27	0,37	3,12
	Mar	169,10	0,06	0,49	6,51	197,31	0,00	0,45	8,46	137,28	0,15	0,52	3,24
	Abr	169,66	0,33	0,82	6,69	197,31	0,00	0,45	8,43	138,48	0,87	1,40	3,78
	Mai	173,41	2,21	3,05	7,21	204,17	3,48	3,94	9,83	138,80	0,23	1,63	3,01
	Jun	175,52	1,22	4,30	5,60	208,16	1,95	5,97	7,52	138,91	0,08	1,71	2,50
	Jul	176,00	0,28	4,59	5,27	209,06	0,43	6,43	7,32	138,91	0,00	1,72	1,92
	Ago	175,94	-0,04	4,55	4,74	209,06	0,00	6,43	6,65	138,68	-0,17	1,54	1,51
	Set	176,26	0,19	4,74	4,93	209,21	0,07	6,51	6,73	139,17	0,36	1,90	1,95
	Out	176,23	-0,02	4,73	4,78	209,21	0,00	6,51	6,51	139,10	-0,05	1,85	1,99
	Nov	176,27	0,02	4,75	4,78	209,21	0,00	6,51	6,51	139,18	0,06	1,91	1,99
	Dez	176,57	0,17	4,92	4,92	209,21	0,00	6,51	6,51	139,81	0,45	2,37	2,37
2016	Jan	177,28	0,40	0,40	5,01	210,30	0,52	0,52	6,58	140,17	0,26	0,26	2,53

(*) Valor referente ao último mês do período.
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV

PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO*

Dentre os itens pesquisados, “bloco cerâmico” foi o que mais subiu de preço nos últimos 12 meses em São Paulo, com uma alta de 7,41%. Em seguida se destacou “emulsão asfáltica com elastômero para impermeabilização”, cuja alta foi de 7,35%.

Janeiro de 2016 – Ordem decrescente de variação percentual em 12 meses

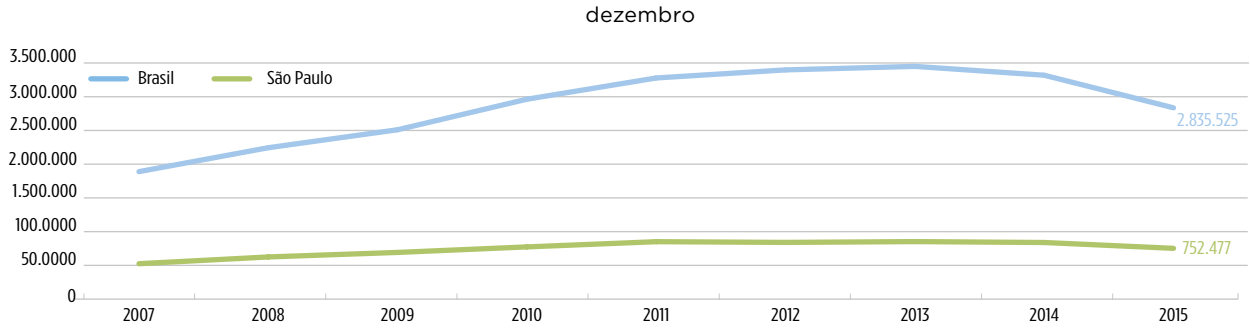
Material (*)	Unidade	Preço	Variação (%)		
			Mês	Ano	12 Meses
Bloco cerâmico	milheiro	476,58	0,34%	0,34%	7,41%
Emulsão asfáltica	kg	7,45	0,00%	0,00%	7,35%
Chapa plastific.	m²	30,65	0,03%	0,03%	6,20%
Telha 6mm	m²	16,48	0,06%	0,06%	6,12%
Blco concreto	unidade	2,01	0,50%	0,50%	4,69%
Tinta látex	lata	169,90	0,04%	0,04%	4,42%
Vidro 4 mm	m²	55,54	0,00%	0,00%	4,10%
Registro	unidade	61,70	0,19%	0,19%	3,99%
Cimento	saco	21,38	0,47%	0,47%	3,84%
Disjuntor 70 A	unidade	64,79	0,50%	0,50%	3,47%
Alimentação	unidade	9,83	0,00%	0,00%	3,36%
Janela correr	m²	266,17	0,00%	0,00%	3,01%
Tb PVC-R rígido	m	23,88	0,00%	0,00%	2,84%
Areia	m³	68,76	0,61%	0,61%	2,72%
Porta p/pintura	unidade	90,72	0,06%	0,06%	2,71%
Placa de gesso	m²	10,69	0,09%	0,09%	2,39%
Azulejo 1ª	m²	16,78	0,18%	0,18%	2,01%
Bancada de pia	unidade	288,42	0,15%	0,15%	1,97%
Fechadura cromo	unidade	40,77	1,67%	1,67%	1,80%
Fio anti-chama	rolo	72,44	0,81%	0,81%	1,67%
Esquad. correr	m²	308,83	0,14%	0,14%	1,61%
Loc Betoneira	R$/mês	198,83	0,68%	0,68%	1,02%
Bacia sanitária	unidade	171,45	-0,03%	-0,03%	0,93%
Tubo fe galv.	m	43,51	0,12%	0,12%	0,67%
Concreto 25 MP	m³	250,94	0,30%	0,30%	0,29%
Brita 2	m³	72,60	0,46%	0,46%	-1,17%
Aço CA-50 10mm	kg	3,54	0,00%	0,00%	-1,39%

(*) Preços médios informados pelas construtoras
Fonte: Secon/SindusCon-SP

EMPREGO DA CONSTRUÇÃO NOS ESTADOS

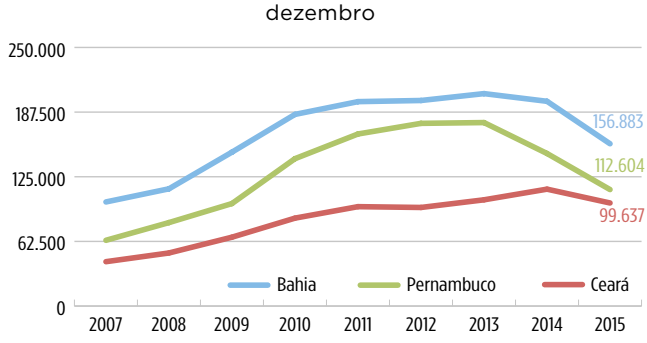
Em dezembro de 2015, o setor da construção empregou 2,84 milhões de pessoas, número 14,2% menor que o registrado em dezembro de 2014. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, Santa Catarina foi o Estado que registrou menor queda no nível de emprego (-7,58%).

EMPREGO NA CONSTRUÇÃO CIVIL



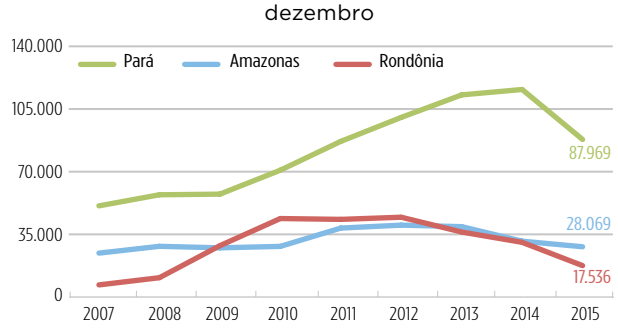
Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE

ESTADOS QUE MAIS EMPREGAM NA REGIÃO NORDESTE



Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE

ESTADOS QUE MAIS EMPREGAM NA REGIÃO NORTE



Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE

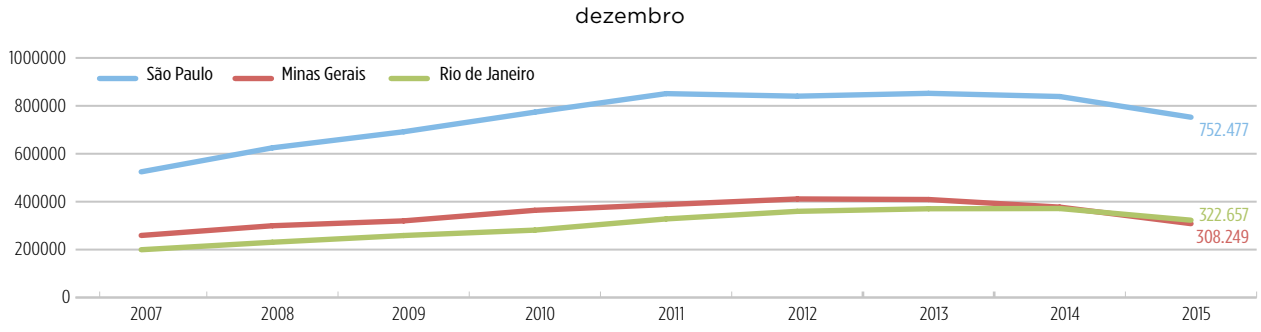
Período		Região Norte							Região Nordeste								
		Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernam-buco	Alagoas	Sergipe	Bahia
2014	Set	34.906	8.714	33.940	4.127	134.035	8.601	17.172	67.230	39.034	115.956	51.194	55.035	163.561	36.199	35.507	209.587
	Out	33.752	8.401	33.402	3.986	131.047	8.568	16.580	64.288	40.049	116.478	50.953	54.595	159.842	36.638	35.193	204.605
	Nov	32.552	7.822	32.569	3.678	126.814	8.420	15.669	61.246	39.474	117.368	49.895	53.809	153.167	36.239	34.799	208.006
	Dez	30.541	7.153	31.190	3.529	115.908	7.658	14.199	57.195	38.856	113.006	47.940	52.548	147.481	35.149	33.621	197.939
2015	Jan	29.921	6.799	30.952	3.483	114.093	7.314	14.057	55.677	38.340	111.898	47.868	52.209	142.793	34.729	33.629	195.304
	Fev	27.393	6.609	30.737	3.439	112.705	7.023	14.085	53.983	37.941	112.488	47.126	51.247	139.480	34.527	33.334	191.199
	Mar	27.158	6.384	30.624	3.400	111.678	6.706	13.936	52.964	37.306	111.654	46.670	50.618	136.889	34.557	33.284	189.024
	Abr	26.138	6.377	30.000	3.283	109.298	6.512	13.580	51.628	36.410	111.028	46.150	49.528	132.388	34.683	33.021	185.971
	Mai	25.638	6.313	29.859	3.055	109.156	6.224	13.739	52.983	35.461	111.530	45.315	48.572	129.213	34.187	32.754	181.030
	Jun	24.570	6.394	30.374	2.774	108.043	6.240	13.797	55.011	34.450	112.537	44.311	47.509	126.873	33.412	32.536	175.977
	Jul	24.105	6.387	30.542	2.607	110.120	6.309	13.565	56.548	33.622	113.072	43.692	46.315	123.496	33.524	32.558	172.583
	Ago	23.501	6.343	30.452	2.774	108.131	6.266	13.286	56.951	32.905	112.447	42.745	46.165	120.824	33.130	32.327	169.020
	Set	22.677	6.339	29.960	2.844	107.485	6.302	12.820	57.288	31.951	110.791	42.819	45.962	120.327	32.803	32.095	166.771
	Out	20.931	6.257	29.236	2.747	101.012	6.538	12.618	57.203	32.040	107.744	42.280	45.446	117.874	32.215	31.702	163.011
	Nov	18.990	5.926	28.902	2.609	94.888	6.743	12.085	55.301	30.677	105.185	41.445	44.458	116.215	31.998	31.555	163.573
	Dez	17.536	5.349	28.069	2.507	87.969	6.453	11.289	51.803	29.466	99.637	39.856	43.842	112.604	30.960	30.650	156.883

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO DA CONSTRUÇÃO NOS ESTADOS

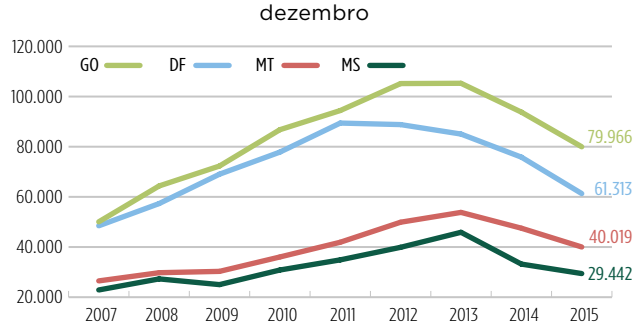
Em dezembro de 2015, o emprego na região Sudeste, que compreende 50,6% do total do país, teve redução de 13,22% na comparação com dezembro de 2014. As regiões Norte e Nordeste registraram reduções ainda maiores, de 24,27% e 17,69%, respectivamente na mesma comparação.

ESTADOS QUE MAIS EMPREGAM NA REGIÃO SUDESTE



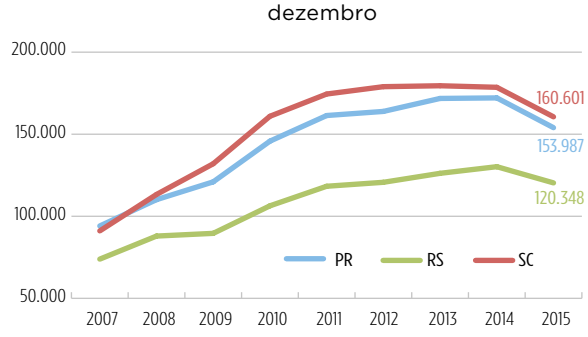
Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE

EMPREGO NA REGIÃO CENTRO-OESTE



Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE

EMPREGO NA REGIÃO SUL



Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE

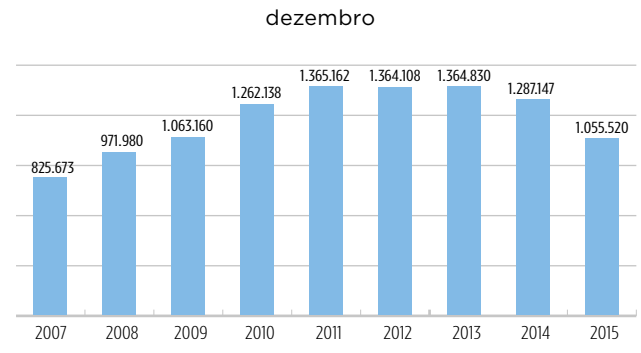
Período		Região Sudeste				Região Sul			Região Centro-Oeste			
		Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
2014	Set	411.417	71.560	383.267	883.802	189.858	137.455	179.333	40.692	56.621	108.908	83.449
	Out	409.920	70.302	381.412	876.535	187.967	136.741	178.460	38.150	56.172	107.279	81.373
	Nov	399.764	69.344	377.685	867.523	186.319	135.559	177.953	36.215	53.678	103.030	79.127
	Dez	377.233	65.986	371.376	838.899	178.593	130.221	172.135	33.196	47.508	93.791	75.843
2015	Jan	378.882	66.115	362.984	844.528	181.012	133.122	172.534	32.320	47.283	94.568	74.883
	Fev	378.059	63.956	358.431	839.250	180.740	133.316	171.665	32.054	47.625	94.225	73.698
	Mar	373.026	63.227	357.048	837.792	180.054	133.858	171.148	31.685	47.707	92.255	73.291
	Abr	366.994	62.462	355.704	837.169	179.117	134.285	171.467	31.661	48.520	92.067	73.065
	Mai	359.425	60.232	356.412	826.875	179.490	133.248	168.720	31.734	48.732	90.457	71.382
	Jun	352.336	59.235	357.202	819.853	177.458	132.492	166.104	31.312	49.539	91.382	69.734
	Jul	347.260	58.006	354.558	813.883	175.901	131.304	164.337	31.194	49.641	90.322	68.583
	Ago	342.713	57.022	351.506	808.966	174.885	130.869	162.915	31.013	49.960	89.328	67.789
	Set	339.009	56.548	346.446	799.671	173.629	129.794	161.888	30.683	48.663	87.973	66.932
	Out	333.953	55.663	338.493	789.208	170.837	127.601	161.223	30.511	46.810	86.116	65.206
	Nov	325.393	54.447	331.436	776.400	168.012	125.582	158.562	30.262	44.494	84.181	63.835
	Dez	308.249	51.593	322.657	752.477	160.601	120.348	153.987	29.442	40.019	79.966	61.313

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO DA CONSTRUÇÃO BRASILEIRA POR SEGMENTO

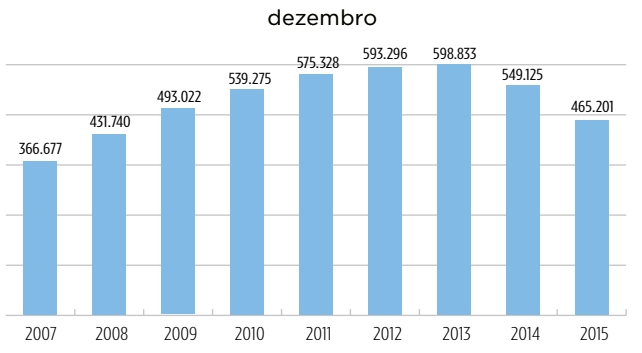
No segmento de Edificações, que representa 37,22% do emprego no setor da Construção, registrou queda de 18,00% em dezembro de 2015 em relação ao mesmo mês do ano anterior.

EMPREGO NO BRASIL - EDIFICAÇÕES



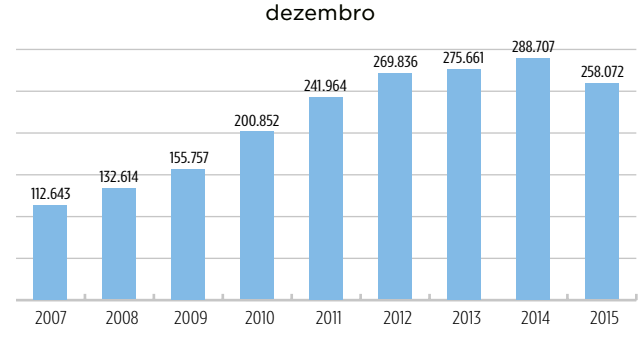
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO NO BRASIL - INFRAESTRUTURA



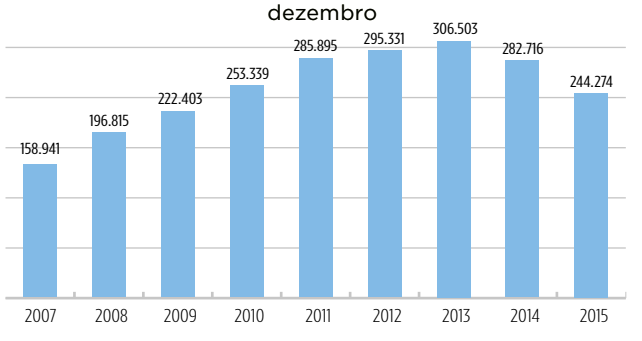
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO NO BRASIL - INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS



Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO NO BRASIL - ENGENHARIA E ARQUITETURA



Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

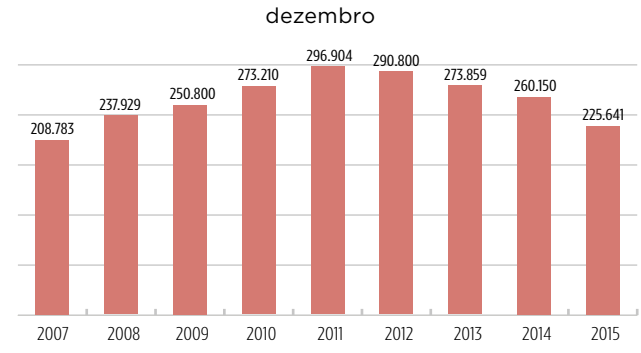
Período		Obras						Serviços				Total
		Preparação de terreno	Edificações	Infra-Estrutura	Obras de instalação	Obras de acabamento	Total	Incorporação de imóveis	Engenharia e Arquitetura	Outros serviços	Total	
2014	Ago	147.471	1.384.690	615.217	435.468	186.533	2.769.379	299.874	297.972	183.920	781.766	3.551.145
	Set	148.857	1.385.795	616.416	438.622	187.283	2.776.973	300.828	298.596	184.763	784.187	3.561.160
	Out	147.960	1.371.750	603.480	433.479	187.271	2.743.940	298.334	296.174	184.240	778.748	3.522.688
	Nov	144.872	1.350.171	585.728	431.012	185.705	2.697.488	297.405	291.033	181.798	770.236	3.467.724
	Dez	137.937	1.287.147	549.125	417.909	179.651	2.571.769	288.707	282.716	175.502	746.925	3.318.694
2015	Jan	136.212	1.286.563	538.332	415.870	182.943	2.559.920	288.992	280.763	177.622	747.377	3.307.297
	Fev	133.940	1.275.507	531.597	411.841	182.275	2.535.160	288.000	276.616	176.559	741.175	3.276.335
	Mar	132.946	1.261.930	526.409	413.231	182.259	2.516.775	287.551	272.878	176.739	737.168	3.253.943
	Abr	132.317	1.248.395	522.826	408.241	181.934	2.493.713	287.000	271.040	176.753	734.793	3.228.506
	Mai	132.032	1.227.490	521.670	403.486	180.310	2.464.988	284.503	266.562	175.683	726.748	3.191.736
	Jun	132.225	1.207.595	521.150	402.033	178.451	2.441.454	281.460	263.455	175.086	720.001	3.161.455
	Jul	130.966	1.189.693	522.066	402.089	176.850	2.421.664	277.528	261.962	172.880	712.370	3.134.034
	Ago	129.862	1.171.180	521.155	399.583	176.682	2.398.462	274.936	259.822	171.013	705.771	3.104.233
	Set	128.599	1.151.878	518.528	397.324	175.663	2.371.992	272.032	257.184	169.262	698.478	3.070.470
	Out	126.230	1.128.608	502.056	392.345	174.237	2.323.476	268.933	254.118	167.948	690.999	3.014.475
	Nov	121.646	1.105.584	486.964	387.642	170.929	2.272.765	266.314	251.001	163.074	680.389	2.953.154
	Dez	115.060	1.055.520	465.201	376.538	164.658	2.176.977	258.072	244.274	156.202	658.548	2.835.525

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO DA CONSTRUÇÃO PAULISTA POR SEGMENTO

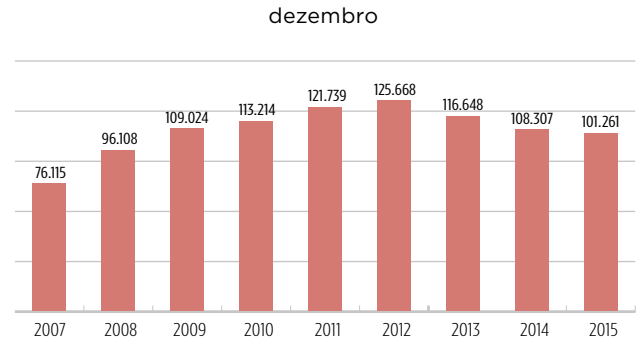
No Estado de São Paulo, o segmento de Edificações teve seu contingente de trabalhadores reduzido em 13,27% em dezembro de 2015 em relação ao mesmo mês do ano anterior. Para o total do setor no Estado, a redução foi de 10,30% no mesmo período.

EMPREGO EM SÃO PAULO - EDIFICAÇÕES



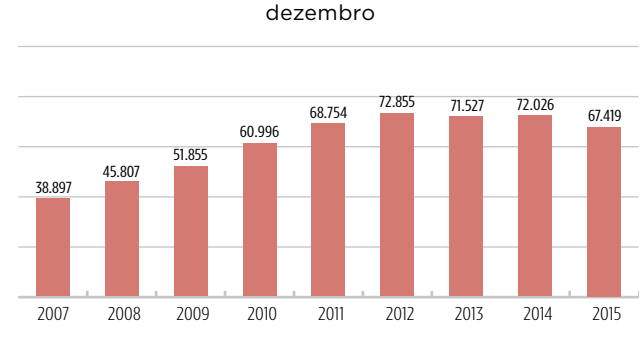
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO EM SÃO PAULO - INFRAESTRUTURA



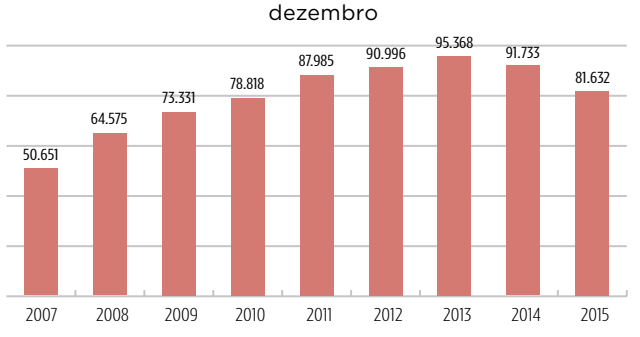
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO EM SÃO PAULO - INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS



Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO EM SÃO PAULO - ENGENHARIA E ARQUITETURA



Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

Período		Obras						Serviços				Total
		Preparação de terreno	Edificações	Infraestrutura	Obras de instalação	Obras de acabamento	Total	Incorporação de imóveis	Engenharia e Arquitetura	Outros serviços	Total	
2014	Ago	40.034	278.341	117.858	143.615	77.898	657.746	73.694	94.937	57.660	226.291	884.037
	Set	39.866	277.407	117.067	144.288	78.338	656.966	73.978	95.270	57.588	226.836	883.802
	Out	39.843	274.533	115.660	142.434	78.583	651.053	73.523	94.479	57.480	225.482	876.535
	Nov	39.239	270.807	114.406	142.102	77.686	644.240	73.121	93.490	56.672	223.283	867.523
	Dez	38.090	260.150	108.307	138.071	75.275	619.893	72.026	91.733	55.247	219.006	838.899
2015	Jan	38.096	262.310	107.728	139.342	76.988	624.464	72.139	91.084	56.841	220.064	844.528
	Fev	37.916	260.315	106.619	139.170	76.592	620.612	72.105	89.874	56.659	218.638	839.250
	Mar	37.801	259.197	106.845	139.185	76.086	619.114	72.278	89.501	56.899	218.678	837.792
	Abr	37.970	260.414	106.595	136.455	76.411	617.845	72.664	88.992	57.668	219.324	837.169
	Mai	37.534	257.506	106.701	132.561	74.930	609.232	72.355	87.776	57.512	217.643	826.875
	Jun	37.246	254.351	106.642	131.567	74.402	604.208	71.998	86.576	57.071	215.645	819.853
	Jul	36.828	250.258	106.476	132.648	73.390	599.600	71.613	86.070	56.600	214.283	813.883
	Ago	36.598	247.035	106.650	132.605	73.526	596.414	71.243	85.632	55.677	212.552	808.966
	Set	36.258	243.562	106.000	131.181	72.822	589.823	70.514	84.717	54.617	209.848	799.671
	Out	35.732	239.627	104.804	129.565	71.952	581.680	69.671	83.893	53.964	207.528	789.208
	Nov	34.844	235.317	103.726	127.449	70.374	571.710	69.004	83.140	52.546	204.690	776.400
	Dez	33.597	225.641	101.261	123.620	68.493	552.612	67.419	81.632	50.814	199.865	752.477

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

FGV IBRE

Pesquisas, Estudos e Indicadores para suporte às decisões táticas e estratégicas do seu negócio.

O Instituto Brasileiro de Economia é a unidade da Fundação Getúlio Vargas que analisa e pesquisa a economia, impulsionando e estimulando o desenvolvimento de negócios públicos e privados de todo o país. A instituição customiza serviços conforme a necessidade de cada cliente e disponibiliza consulta sistemática online da sua produção estatística na forma de banco de dados.

SERVIÇOS CUSTOMIZADOS

- **Preços de Referência** - suporte às áreas de compras na definição de critérios de fixação de preços de referência;
- **Índices de Preços Customizados** suporte aos reajustes de contratos;
- **Projeções** - de variações de preços permitindo viabilizar estratégias relacionadas à dinâmica do mercado;
- **Formulas Paramétricas** - suporte à construção de indicadores da evolução de custos em função do comportamento dos preços de insumos;
- **Estudos Especiais** - Construção de cenários para planejamentos estratégicos e orçamentos.

SERVIÇOS LICENCIADOS

- **FGV Dados** - FGV Dados: banco de dados online que disponibiliza o Índice Geral de Preços (IGP) bem como sua composição;
- **Monitor da Inflação** - um aliado na análise e previsão dos índices oficiais da inflação;
- **Sondagens Econômicas** - da Indústria; do Comércio; da Construção; de Serviços e do Consumidor;
- **Setorial Automobilístico** - direcionado para o acompanhamento da dinâmica de preços relacionados à cadeia produtiva específica deste setor.



Fale Conosco: ibre@fgv.br | 3799-6799 | www.fgv.br/ibre